

Grupo de história:

Kleverson Teodoro Lima

Luiz Alberto Sales Vieira

Myriam Bahia Lopes (Coordenadora)

MORRO DA QUEIMADA: SÉCULO XIII

Sumário

1. Morro da Queimada: século XVIII.....	32
1.1 Morros da Serra de Ouro Preto: refúgio e abertura de caminhos...	33
1.2. Morros da Serra de Ouro Preto: expectativas de enriquecimento.	38
1.3. Morros da Serra de Ouro Preto: poder, tensão e desordem.....	46
1.4. Morros da Serra de Ouro Preto: sinais de crise na mineração.....	56
Considerações Finais.....	92
Referências bibliográficas.....	94

1. Morro da Queimada: século XVIII.

No século XVIII, a Serra de Ouro Preto, onde localiza-se o Morro da Queimada, torna-se a principal zona de mineração da sede de Vila Rica, conformando uma estrutura urbana marcada por datas minerais, residências, comércio, templos religiosos, becos e caminhos que ligam esse ponto a localidades próximas, como Mariana e Sabará. No entanto, o estudo da vida urbana transcorrida nessa região parece não ter recebido o mesmo tratamento historiográfico dispensado às áreas mais baixas de Ouro Preto, como Antônio Dias e Pilar, desenhando assim uma lacuna na história local.

Nesse sentido, percorrendo um arco temporal que se estende entre a chegada dos primeiros mineradores e os sinais de crise na produção do ouro, esse estudo pretende identificar alguns aspectos relacionados à conformação dessa zona no século XVIII, ressaltando-a como espaço de refúgio, referência para abertura de caminhos, expectativa de enriquecimento e área de tensão de interesses e poderes. No decorrer desse texto, o leitor perceberá que procuramos entrelaçar as informações sobre o Morro da Queimada às da Serra de Ouro Preto. Esse procedimento deve-se a dois motivos: primeiro, suas histórias estão conectadas, já que o morro está contido na serra; segundo, há mais dados sobre a serra do que especificamente um dos seus morros, o que nos permite aproximar, por semelhança, dos aspectos cotidianos vivenciados no Morro da Queimada.¹

¹ Gostaríamos de agradecer o atendimento recebido pelos funcionários João Paulo Martins e Helenice Afonso de Oliviera (Arquivo Público Municipal de Ouro Preto), Júlio César Neves (Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas) e Rogério Vicente da Costa (Acervo fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória IFAC/UFOP.) As buscas realizadas nessa investigação centraram-se nos seguintes arquivos: Arquivo Público Municipal de Ouro Preto; Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias; Casa dos Contos / Centro de Estudo do Ciclo do Ouro; Acervo fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória do Instituto de Filosofia e Arte Cênica / UFOP; Museu da Inconfidência Casa do Pilar de Ouro Preto; Casa Setecentista de Mariana; Diretoria do IPHAN/ Ouro Preto; e o acervo particular de Ângela Maria Leite Xavier. Também foram consultados artigos, capítulos, livros e imagens disponíveis nas bibliotecas do IFAC (Instituto de Filosofia e Arte Cênica), do ICHS (Instituto de Ciências Humanas e Sociais) e de Obras Raras da Escola de Minas, pertencentes à Universidade Federal de Ouro Preto e na WEB.

1.1 Morros da Serra de Ouro Preto: refúgio e abertura de caminhos.

No final do século XVII, as descobertas de ouro nas imediações de Sabará e Ouro Preto provocaram um grande deslocamento de aventureiros para a região central de Minas Gerais. Colonos e imigrantes de vários lugares começaram a povoar essas terras que, em pouco tempo, transformaram-se em arraiais, freguesias e vilas. Os estudos relacionados a chegada das expedições às regiões das minas de ouro, bem como os relatos autobiográficos registrados por parte desses aventureiros, não permitem uma datação precisa sobre os descobrimentos ou colonizadores nas áreas de extração aurífera (Lima Júnior, 1965; Barbosa, 1979; Holanda, 1982), Taunay, 1981; Matoso, 1999; Antonil, 1967).

Apesar de apresentarem pontos convergentes, o que nos permite criar uma leitura menos instável sobre essas ações de explorações e assentamentos, os textos tendem a contradições insolúveis: datas, lugares, exploradores. Situação que resulta tanto da insuficiência de evidências quanto do anonimato que envolveu as diversas "jornadas" ou "bandeiras" que atuaram nesse período. Portanto, grande parte dos dados atribuídos aos "descobridores" dessa época deve ser percebida com certa desconfiança e crítica (Gonçalves, 1998). Sérgio Buarque de Holanda assim sintetiza as primeiras ocupações em Ouro Preto:

As jazidas mais notáveis de Ouro Preto, que em **1698** se manifestam ao taubateano **Antônio Dias de Oliveira**, tornam-se logo um atrativo sem par de homens de toda casta, procedentes de São Paulo e também de outras capitânicas e da metrópole. No mesmo ano e nos imediatos são ali encontrados e registrados importantes alveos auríferos pelo **Padre João de Faria Fialho**, no córrego que recebeu seu nome; por **Francisco e Antônio da Silva Bueno** em um sítio, abaixo de **Campo Grande**, que ficará sendo o **Ribeirão Bueno**; por **Tomás e João Lopes de Camargo** no lugar do futuro **arraial dos Paulistas**, e por **Félix de Gusmão Mendonça e Bueno**, no **Passa Dez (FIG.21)** (grifo nosso) (Holanda: 1985, p.266).

Informação semelhante é reproduzida por Sylvio de Vasconcelos (1977, p.15-16):

Espalhada a notícia das descobertas, consideráveis levas de aventureiros para elas se dirigem, cabendo a **Antônio Dias de Oliveira**, acompanhado pelo **Pe. João de Faria Filho** e pelos **irmãos Camargos**, fundar, por volta de 1698, o arraial que lhe toma o nome, origem de Vila Rica (grifo nosso).²

² Para Furtado de Menezes (1911, p.210) a bandeira de Antônio Dias de Oliveira, que contava com a presença do Padre João de Faria Fialho, **viu “amanhecer o 24 de junho de 1698 na crista da Serra de Ouro Preto** no lugar a que, por isso, deu o nome de morro de S. João (grifo nosso).” Augusto de Lima Júnior (1965, p.40-41) apresenta uma outra data: “Temos pois, como certo, o ano de 1696 para o descobrimento e povoamento do vale do Ouro Preto, por Manuel Garcia e não Antônio Dias, que lá

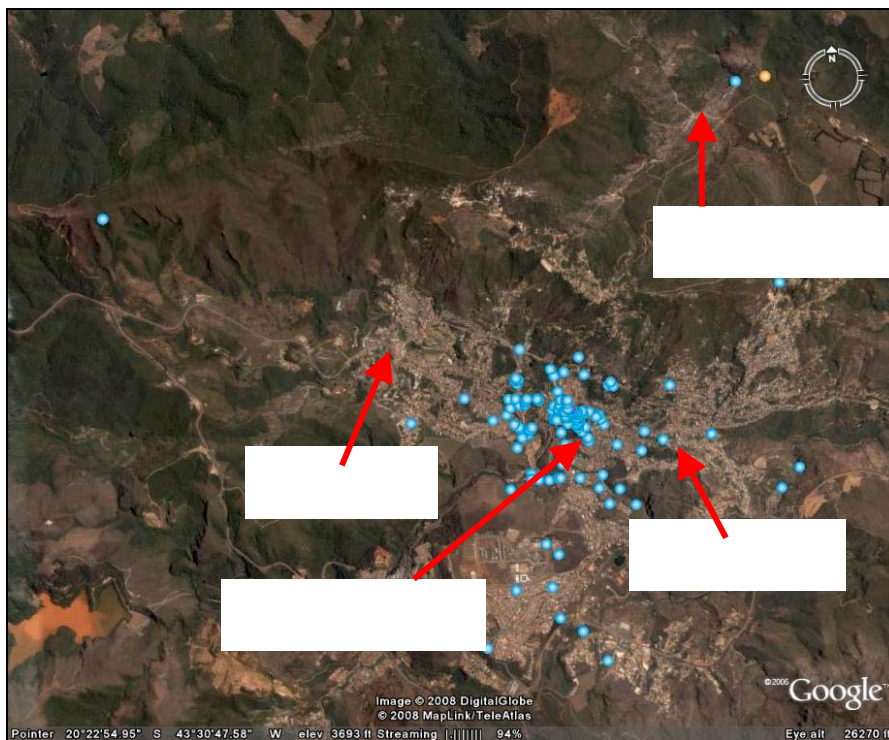


FIG.1. Sede de Ouro Preto - 2008.
 Fonte: Google Earth.

Em 1700, conforme Diogo de Vasconcelos (1974, p.174), o Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, investido do cargo de Guarda-Mor *ad-hoc*, “tratou de legalizar” essas datas:³

Ao descobridor **Antônio Dias** deu todo o trecho do antigo ribeiro no Tripuí, hoje Ouro Preto, ao **Padre Faria** o córrego que adquiriu o seu nome; a **Félix de Gusmão**, o Passa-Dez; aos irmãos **Tomás e João Lopes de Camargo**, as vertentes da serra (arraial dos Paulistas mais tarde); e a **Francisco da Silva Bueno**, o córrego, abaixo do Campo Grande, que se chamou Ouro Bueno, do outro lado da mesma serra (grifo nosso).⁴

chegou depois, no ano seguinte. **Foram três bandeiras distintas, que se não devem confundir: a de Manuel Garcia, na vertente dos Córregos Tripuí e Passa-Dez; a de Antônio Dias, posteriormente dois anos, no lado do nascente, local que tomou seu nome; a última foi a do Padre Faria, nos córregos que descem do Itacolomi.** O primeiro ouro foi colhido nas barrancas situadas na garganta do Tripuí próximo da atual estação ferroviária, onde se veem ainda hoje massas de jacutinga aurífera (grifo nosso).”

³ Guarda-Mor: “Oficial auxiliar do superintendente de terras e águas minerais na administração dos distritos mineradores. É responsável por dar licença aos descobridores; distribuir datas; colocá-las em pregão; controlar os descaminhos do ouro; controlar a entrada de pessoas e mercadorias; fazer justiça nos casos de descumprimento do regimento das terras minerais; e assentar os mineiros e seus escravos nas lavras demarcadas. A partir de 1720 tem poder para distribuir águas aos mineradores (Código Matoso:1999, p.101-102).”

⁴ Até o momento não conseguimos precisar a localização do Ouro Bueno. As menções “abaixo do Campo Grande” e “do outro lado serra”, escritas por Diogo de Vasconcelos, parecem se referir à face da Serra de Ouro Preto voltada para a nascente do Rio das Velhas. Antonil indica que o “ribeiro do Bueno” situava-se a mais de uma légua (cerca de 6km) do “ribeiro do Padre João de Faria” (1967, p.164).

Aspectos desse cenário inicial de descobertas podem ser recolhidos no relato do Mestre de Campo José Rebelo Perdigão, que participou da comitiva do Governador Artur de Sá e Menezes e esteve na região das minas por volta de 1700 (Antonil: 1967, p.67):

Primeiramente, em todas as minas que vi e em que assisti, notei que **as terras são montuosas**, com cerros e montes e se vão às nuvens, **por cujos centros correndo ribeiros de bastante água, ou córregos mais pequenos**, cercados todos de **arvoredo grande e pequeno**, em todos estes ribeiros pinta ouro com mais ou menos abundância (grifo nosso). Os sinais por onde se conhecerá se o têm são não terem areias brancas à borda da água, serão uns seixos miúdos e pedraria da mesma casta na margem de algumas pontas dos ribeiros, e esta mesma formação de pedras leva por debaixo da terra.

Nessa fase inicial de ocupação em Minas Gerais, as técnicas de mineração utilizadas resumiam-se aos serviços nos leitos e margens dos córregos e rios, realizadas a partir de diferentes métodos.

- 1) **Faiscação:** construção de pequenos diques transversais “de modo a obrigar as matérias arrastadas a se depositarem”. Os mineradores esperavam que esse depósito atingisse uma certa espessura, enfiavam a bateia no cascalho acumulado e separavam o ouro através da utilização da água corrente e movimentos giratórios com a bateia.

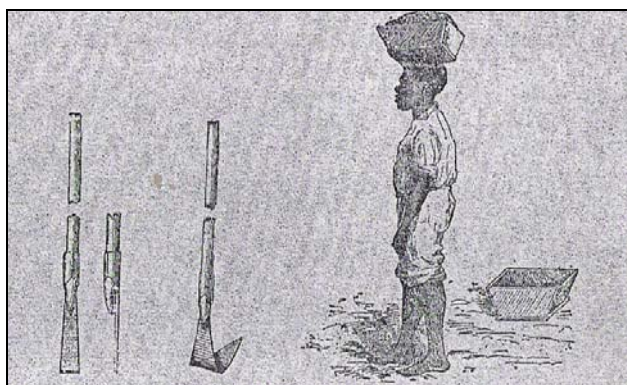


FIG.2. Cavadeira, almocrafe e negro carregador de cascalho com um carumbé.
Fonte: Ferrand, 1998, p.99.

- 2) **Desvio dos cursos de água por barragem:** os trabalhadores faziam o desvio, a fim de expor e escavar o depósito de ouro de aluivão. Depois conduziam o material recolhido até a área de tratamento, onde passavam pela lavação e triagem na bateia.
- 3) **Escavação das margens dos cursos d'água em forma de funil:** após a escavação o material recolhido seguia o processo de tratamento acima indicado.

O objetivo nesses dois últimos métodos era retirar o depósito de ouro de aluvião até atingir “a piçarra ou a rocha dura”, momento em que o serviço era finalizado (Ferrand: 1998, p.91-131; Antonil: 1967, p.255-304).⁵

Antonil, ainda reproduzindo o relato do Mestre de Campo José Rebelo Perdigão, nos fala sobre as lavras situadas nos “outeiros acima”: “Posto que o comum do ouro é estar ao nível da água, **vi muitas lavras (e não das piores) que não guardam esta regra, senão que ao ribeiro iam subindo pelos outeiros acima, com todas as disposições que temos dito, de cascalho, etc, mas não é isto ordinário** (grifo nosso) (1967, p.188).” Não é possível, a partir desse relato, definir a altura dessas lavras nos outeiros, mas não deviam se distanciar muito dos ribeiros, já que os depósitos nas áreas mais elevadas necessitavam de técnicas que seriam utilizadas em Minas Gerais apenas poucos anos depois.

No entanto, se os pontos mais altos não foram minerados nos primeiros anos, eles formaram importantes refúgios para os aventureiros que tentavam a sorte nos ribeiros. Segundo Diogo de Vasconcelos, a Serra de Ouro Preto é um desses exemplos: fugindo das “brenhas (matas espessas e emaranhadas), do frio, dos penhascos, bem como do terror que a natureza lhes infundia nestes vales profundos e ásperos”, parte dos mineradores passava

as noites no alto da serra onde tinham o seu arraial, mais seguro contra surpresas e assaltos de feras ou de índios, que de mais longe viessem. Ali se rasgava a formosa **clareira do Campo Grande**, e se dominavam os horizontes (grifo nosso) (Vasconcelos: 1974, p.173).

Em 1700, período em que foram legalizadas as primeiras datas de Ouro Preto, o Guarda-Mor *ad-hoc* Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça hospedou-se nas “choupanas do São João”, visualizando desse ponto as “cabanas da sua colônia” no arraial do Carmo, atual sede de Mariana (Vasconcelos: 1974, p.174).⁶ Duas informações parecem ratificar a formação dos ranchos no Morro de São João nesse período: a primeira é a atribuição de 1698 para a construção da capela primitiva de São João; a

⁵ Os antigos mineradores davam “o nome de tabuleiros aos depósitos de aluviões que ocupavam as margens dos rios em um nível um pouco superior aos que forma seu leito atual (Ferrand: 1998, p.91-131)”.

⁶ A expressão “rancho” era a forma mais comum utilizada para a moradia nesse período, como atestam os aforamentos realizados em Vila Rica na segunda década do século XVIII, organizados por Salomão Vasconcelos (1941, p.241-257).

segunda é a abertura de uma trilha a partir desse ponto até o arraial do Carmo, empreendida pelo próprio Coronel Salvador Fernandes.

Segundo Fritz Salles, “A capela de S. João passa como sendo a mais antiga (de Ouro Preto) e, dizem, aí exerceu suas funções sacerdotais o Padre Faria. Foi erguida pelos bandeirantes (Salles: 1982,p.52).”⁷ Ainda, conforme Fritz Salles (1982, p.49), as primeiras capelas eram feitas de “taipa e sapé, em quadrado, cumieira e duas águas. Não tinham torre nem janelas.” Quanto à abertura da trilha entre a serra e o arraial do Carmo, Diogo de Vasconcelos informa que o Coronel Salvador Fernandes, após visitar o Morro de São João, “abriu uma picada pela mata do Periquito, e desceu deixando aberto este caminho, que foi por muito tempo a comunicação entre os dois povos (Ouro Preto e Mariana) (Vasconcelos: 1974, p.174).” A região do Periquito, conforme o detalhe da *Planta das lavras de “Tassaras” e arredores* (FIG.3), situa-se entre os morro de São João e Santana, abaixo da estrada que segue para Antônio Pereira. Acreditamos que a picada citada por Diogo de Vasconcelos trata-se do roteiro primitivo da estrada que liga Ouro Preto ao distrito de Antônio Pereira. Renato Pinto Venâncio, ao pensar a importância das antigas rotas indígenas no processo inicial da colonização de Minas Gerais, registra a importância das vias e as conexões desenhadas a partir dos pontos íngrimes (Venâncio: 1999).



FIG.3. Detalhe da Planta das lavras “Tassaras” e arredores, 27/08/1903.
Autores: Engenheiro Clodomiro de Oliveira e Mariano Ribeiro.
Fonte: Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

⁷ Fritz Salles informa ainda que são contemporâneas à construção da Capela de São João a capela primitiva da matriz de N. Sra. da Conceição de Antônio Dias, de 1699, e a capela do Padre Faria que também “pode ser mesmo incluída no grupo das primeiras igrejas de Minas (Salles:1982,p.56).”

Portanto, em meio aos primeiros movimentos de ocupação da futura Vila Rica, a Serra de Ouro Preto inscrevia-se na paisagem não como um espaço de mineração, mas um **setor de refúgio e de referência geográfica para a abertura de caminhos e ligação entre os arraiais** próximos.⁸

1.2. Morros da Serra de Ouro Preto: expectativas de enriquecimento.

Nesses primeiros anos de ocupação, os serviços iniciados em uma data mineral poderiam cessar por diferentes motivos: crises pontuais ou generalizadas de abastecimento; dificuldades técnicas ou financeiras de prosseguir com os trabalhos; ou a aposta em uma nova área de extração.⁹ No entanto, o abandono de uma lavra poderia acarretar a posse temporária ou definitiva das datas por novos mineradores, criando impasses e conflitos que envolviam violência e a mediação dos funcionários da administração, como o guarda-mor. Interessa a esse estudo o caso ocorrido com os sobrinhos do Alcaide-mor José de Camargo Pimentel (Tomás, João e Fernando Lopes Camargo), que ao retornarem à sua data na vertente da Serra de Ouro Preto encontraram em seus terrenos o português Pascoal da Silva Guimarães (Fonseca: 2007,p.554). Esse encontro é assim descrito por Diogo de Vasconcelos:

O Alcaide-mor (José de Camargo Pimentel) no outono de 1703 regressou com seus obreiros a finalizar a exploração da data real do Bom Sucesso (região próxima ao Padre Faria), que lhe foi de resultados ótimos; **e seus sobrinhos, depois querendo continuar na laboração de suas datas na serra, nelas encontraram de posse Pascoal da Silva Guimarães (...)** (grifo nosso) (Vasconcelos: 1974, p.178).

Na segunda década do século XVIII, o negociante e minerador Pascoal Guimarães tornou-se um dos homens mais ricos das Minas, possuindo cerca de trezentos escravos,

⁸ Segundo Eduardo Barreiros, que estudou a geografia da Guerra dos Emboadas (1708-1709), a ligação entre a Serra de Ouro Preto e Sabará, via São Bartolomeu, foi um importante roteiro utilizado pelos informantes e parceiros de Manuel Nunes Viana. Parceiros emboadas como Pascoal da Silva Guimarães (Barreiros:1984, p.73).

⁹ As crises de abastecimento de 1698-1699 e 1700-1701, que dispersaram os aglomerados mineradores na região central de Minas, ocorreram devido a problemas climáticos e a diferença entre a crescente demanda por mercadorias, a capacidade de fornecimento através das rotas conectadas aos portos baiano, paulista e carioca, e a ainda tímida presença dos roçados ao longo dos caminhos que cortavam as localidades recém-descobertas. O historiador Augusto de Lima Júnior assim nos informa sobre a fome ocorrida em 1700/1701: “As comunicações com o Rio de Janeiro muito difíceis e as com São Paulo despovoado não eram de molde a remediar quando as enchentes dos rios e as chuvas da estação própria impediram as comunicações com a Bahia. Foi o que aconteceu no período invernos de 1700-1701, quando a impraticabilidade dos caminhos isolou o distrito das minas, impedindo o tráfego para o Norte. Repetiu-se, em maior escala, o que sucedera ao Ribeirão do Carmo no ano anterior, em que a fome devastara os incipientes estabelecimentos paulistas (1965, p.36).”

dois engenhos no Rio das Velhas e lavras no Morro do Ouro Podre (Discurso Histórico: 1994, p.70):¹⁰

Passando rapaz ao Rio de Janeiro, serviu aí alguns anos de caixeiro, depois começou a vir às Minas com limitadas comissões, até que, enfadado das jornadas e aspereza dos caminhos, assaz dificultosos naquele tempo, se deixou ficar nelas, procurando logo introduzir-se com uns e outros, e principalmente com **Francisco do Amaral Gurgel**, de quem possuiu bastante fazenda, e bebeu toda a doutrina. (...) **grangeou tanto crédito no princípio, que não havia quem dele não fiasse a sua fazenda**, com o que brevemente engrossou à custa alheia, vindo a ser dos mais poderosos das Minas, e que nelas impunha muito pelo **grande número de escravos**, que o tinham constituído **um dos primeiros no poder** (...) (grifo nosso) (1994, p.69).

O sucesso de Pascoal nas lavras que pertenciam aos sobrinhos do Alcaide-mor deve-se à uma técnica de **serviços a talho aberto**, importada da Nova Espanha.¹¹ Segundo Diogo de Vasconcelos:

Ignorantes em matéria de mineração, os paulistas, logo que extraíam a flor de um ribeiro, passavam a outro, e assim em pouco tempo desanimavam. Os reinícolas, porém, que entraram depois dos descobrimentos, traziam consigo a notícia do método usado na Nova Espanha de conduzirem as águas em regos para se desbancar a terra vegetal e os montes a talho aberto. **O primeiro que iniciou este modo de minerar em Ouro Preto foi Pascoal da Silva Guimarães** (grifo nosso) (Vasconcelos: 1974, p.240).¹²

A ação de desmonte provocada pela água, que empurrava a lama misturada ao material precioso até os canais e os corredores, contribuiu para a atração de novos mineradores e a denominação desse morro como Ouro Podre:

Senhor, portanto, das datas (Pascoal) prosseguia na exploração, quando pelo resultado **atraiu uma grande massa, que invadiu por completo a encosta superior da serra**, e deu logo num **depósito incompreensível de ouro, quase que solto**, em vasta superfície, o qual foi logrado de todos em tumulto, **derramando-se tão grande cópia dele**, que deu à serra o nome de **Ouro Podre**, e foi para bem dizer o **principal início do progresso e do esplendor do povoado, que tinha de ser a Vila Rica (1705)** (grifo nosso) (Vasconcelos: 1974, p.178).

Assim, tomando como referência os textos de Bento Fernandes Furtado e de Diogo de Vasconcelos, percebe-se que o espaço que passou a ser denominado como Morro do Ouro Podre começou a ser ocupado entre 1700 e 1705, entre as posses dos sobrinhos do Alcaide e de Pascoal. Bento Fernandes Furtado informa que com esse “laborioso invento se fertilizaram novamente as Minas, crescendo as conveniências, as povoações e concursos de negócios (Taunay: 1981, p.60).”

¹⁰ Segundo Laura de Souza e Mello, parte da elaboração desse texto é atribuída ao Conde de Assumar, governador da Capitania de São Paulo e Minas que desarticulou o motim de 1720 ocorrido em Vila Rica.

¹¹ Detalhamos o processo dessa técnica no texto *Morro da Queimada: ocupação, dimensão e vestígios*, disponível no site do Projeto de Implantação Morro da Queimada.

¹² Essa ignorância é relativa, pois foram as experiências com as lavras de São Paulo e Paranaguá que permitiram aos paulistas detectarem os primeiros depósitos de ouro de aluvião nos ribeiros de Minas Gerais (Holanda: 1985, p.263).

Nas duas primeiras décadas do século XVIII, a paisagem urbana da sede de Vila Rica, segundo Maria Borrego, já era desenhada por

múltiplos espaços marcados, simultaneamente, pela **existência de datas auríferas**, regulamentadas pelo Regimento de 1702, já que os mineradores erguiam seus barracos junto às catas; chãos de terra ao redor e doados pelas capelas, por meio de seu **Patrimônio Religioso**, erigidas em devoção a um santo; além das **sesmarias**, doadas pelo Governador Geral, por meio de seu loco-tenente, o Capitão General da capitania, que se localizariam ao longo dos caminhos, porém em área rural (1999, p.63-64).¹³

Alguns aspectos presentes no Termo de ereção de Vila Rica, de 1711, nos informam sobre o crescimento da ocupação nesse período:

(...) e deseja se conservem todos os seus Vassalos **nesta nova Conquista** porque supondo não achava o sítio muito acomodado, atendendo às riquezas **que prometiam as minas, que há tantos anos se lavram nestes morros e ribeiras** e ser a parte principal destas minas, aonde acode **o comércio, e fazendas, que dele, emana para as mais minas (...)** todos convieram em que neste dito Arraial (de Ouro Preto) junto com o de Antônio Dias se fundasse a Vila pelas razões referidas, **pois era sítio de maiores conveniências, que os Povos tinham achado para o Comércio** (grifo nosso) (Borrego: 1999, p.55).¹⁴

Ao ato de criação da vila, conforme a prática portuguesa adotada após o período da Reconquista, seguia-se a doação de um terreno para a constituição do seu patrimônio: a Sesmaria. Uma parte era destinada “a usos comunitários: pastos, roças, reservas de lenha e de madeira de lei; a outra era dividida em lotes, e estes, concedidos aos moradores por meio de contratos enfiteúticos: os aforamentos (Fonseca: 2006, p.36).”¹⁵ No entanto, a emissão da carta de confirmação da Sesmaria de uma vila não era instantânea, às vezes poderia demorar décadas. Vila Rica, por exemplo, apesar de ter sido erigida em 1711 recebeu a sua carta de confirmação somente em 1736. Esse documento foi publicado por Augusto Velloso no livro de comemoração do Bicentenário de Ouro Preto (Velloso: 1911, 126-13) e, entre outras medidas, determinava que o tributo do foro (espécie de IPTU moderno) fosse cobrado somente das casas que já o pagavam ou que seriam edificadas, **isentando as antigas** “por serem mais antigas que a mesma Câmara ou por outra alguma causa” e as “**terras minerais**

¹³ Maria Borrego acrescenta ainda o **apossamento espontâneo** como forma de apropriação do solo, visível nos pedidos de aforamentos solicitados à Câmara a partir de 1712.

¹⁴ Salomão Vasconcelos (1941, p.241-257) listou os topônimos indicados nos pedidos de aforamentos solicitados entre 1712 e 1721: bairro Antônio Dias; bairro ou arraial dos Paulistas; bairro ou arraial do Padre Faria; freguesia da Conceição; bairro ou arraial do Pilar; Ouro Preto; freguesia do Caquende; freguesia da Barra; e freguesia do Passa Dez.

¹⁵ Denomina-se como Reconquista a expulsão dos mouros e a formação do território português no final da Idade Média.

em que há ou possa haver lavras, minas ou buraco em que se tire ouro (grifo nosso).¹⁶

A determinação da carta de confirmação de isentar as terras minerais do pagamento dos foros parece que apenas ratificou uma prática preexistente, já que os terrenos situados nos morros da Serra de Ouro Preto não são citados nos pedidos de aforamentos feitos ao Senado da Câmara entre 1712 e 1721 (Vasconcelos: 1941, p.241-257). Os topônimos listados por Salomão Vasconcelos a partir desses pedidos indicam que os bairros recém-instalados nas partes baixas de Vila Rica já eram cruzados por ranchos, ruas, espaços públicos (como a Câmara, o pelourinho e a praça) e espaços religiosos (como a Igreja de Ouro Preto): “bairro Antônio Dias”; “bairro ou arraial dos Paulistas”; “bairro ou arraial do Padre Faria”; “freguesia da Conceição”; “bairro ou arraial do Pilar”; “Ouro Preto”; “freguesia do Caquende”; “freguesia da Barra”; “freguesia do Passa Dez”; “Rua da Igreja”; “Rua da fonte”; “caminho novo que vai do Ouro Preto para as Casas da Câmara”; “Rua nova da praça”; “subida do morro que vai do Ouro Preto para o pelourinho”; “na descida que vem por detrás da igreja do Ouro Preto para o córrego que desce do Ouro Preto”; “com calçada que vem para freguesia de Nossa Senhora da Conceição.” A ausência dos pedidos ou de pagamentos de foros para as áreas de mineração nos impede de verificar com precisão a quantidade de lavras, residências, comércio, capelas e vias abertas na região dos morros da Serra de Ouro Preto nos séculos XVIII e XIX.¹⁷

As fontes tributárias, como as listas dos tributos do Quinto e da Captação, nos permitem minimizar essa falta. O registro do Quinto de 1719, por exemplo, nos traz importantes dados sobre os nomes e o número de proprietários e escravos que moravam e/ou trabalhavam na Serra de Ouro Preto nesse ano.¹⁸ O Quadro 2, constituído a partir desse

¹⁶ Os livros em que estão registrados os pedidos de aforamentos e os pagamentos anuais dos foros ao Senado da Câmara de Vila Rica, identificados no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto e no Arquivo Público Mineiro, atestam a determinação da carta de confirmação de 1736. Neles encontramos apenas os nomes dos proprietários instalados no Caminho Tronco da cidade (entre o Cabeças e o Padre Faria).

¹⁷ Conforme os livros de pedido e pagamento dos foros dos séculos XVIII e XIX, presentes no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto, eram tributadas somente as áreas situadas no Caminho Tronco de Ouro Preto, entre o Cabeças e o Padre Faria.

¹⁸ Conforme Tarcísio Botelho (2000): “(...) o quinto consistia em pagamento a ser feito pelo povo da Capitania para remissão da capitação, sofrendo inúmeras alterações ao longo dos anos. As câmaras das vilas, instaladas nas regiões das minas a partir de 1711, foram as responsáveis pela negociação do volume

tributo, nos permite visualizar a amplitude do rápido povoamento que se deu nesse espaço após os serviços iniciais de mineração de Pascoal da Silva Guimarães.¹⁹ Teoricamente, o Morro do Ouro Podre seria o espaço mais povoado na serra nesse período, no entanto, tomando como referência o Quinto de 1719 percebe-se dois aspectos: 1) entre os **62 registros** coletados nesse tributo, 11 eram proprietários de serviços de mineração no Morro do Ouro Podre, 7 num local denominado “Morro” e **44 no Córrego Seco**; entre o número de escravos pertencentes a esses proprietários, identificamos 27 no Ouro Podre; 55 no Morro; e **347 no Córrego Seco**.²⁰ Esses números indicam que apesar do povoamento na Serra de Ouro Preto ter sido estimulado a partir dos serviços de Pascoal no Morro de Ouro Podre, o Córrego Seco era em 1719 a área com a maior taxa de ocupação: 44 proprietários e 347 escravos.

VILA RICA - TRIBUTAÇÃO DO QUINTO DE 1719		LOCALIDADE
NOME DO PROPRIETÁRIO		
1	Manoel Lourenço	Morro do Ouro Podre
2	Francisco Martins	Morro do Ouro Podre
3	Antônio da Silva	Morro do Ouro Podre
4	Antônio Simões Pereira	Morro do Ouro Podre
5	Manoel da Cunha	Morro do Ouro Podre
6	Manoel Vieira de Souza	Morro do Ouro Podre
7	Francisco Martins	Morro do Ouro Podre
8	João Gomes	Morro do Ouro Podre
9	Antônio da Silva	Morro do Ouro Podre
10	Martinho Nunes	Morro do Ouro Podre
11	Antônio Simões	Morro do Ouro Podre
12	Domingos Coelho	Morro
13	Joaquim de Medeiros da Costa	Morro
14	João Antônio Porto	Morro
15	Domingos Francisco de Brito	Morro
16	Domingos Francisco de Brito	Morro
17	Josephe da Silva [Velho] e o Mestre de Campo Pascoal da Silva	Morro
18	Josephe Machado	Morro
19	Antônio Gonçalves de Araújo	Córrego Seco

do ouro a ser pago à Coroa pelos povos que nelas viviam. O total de arrobas a ser apurado e o valor a ser pago por cada vila eram definidos pelas reuniões das Juntas feitas pelas vilas, e suas decisões eram fixadas pelos Termos das Juntas. A cobrança era realizada diretamente pelas Câmaras ou através de procuradores nomeados por ela. Tinha como base a quantidade de escravos de cada minerador, devendo ser fixado a cada ano o valor a ser pago sobre cada cativo. Em função disto, ao longo das décadas de 1710 e 1720, a organização da cobrança deste tributo deu origem a uma série de listas de proprietários de escravos.” O Tributo do Quinto foi cobrado até 1725, quando passaram a funcionar as casas de fundição. A partir de 1735 essa imposto retornou sob o nome de Capitação e permaneceu até 1751, quando o governo reabriu as casas de fundição.

¹⁹ APM, Coleção Casa dos Contos: Lançamentos do Quinto (1718 a 1723), microfilme 4 / fotograma 509 (folhas 1 a 128) e microfilme 5 / fotograma 001 (folhas 129/216).

²⁰ Acreditamos que a denominação “Morro” refira-se também ao Morro do Ouro Podre, já que somente nessa área conseguimos encontrar registros de escravos pertencentes a Pascoal da Silva Guimarães no tributo de 1719. A ausência da denominação Ouro Fino nos tributos parece indicar que os seus proprietários foram lançados junto com os do Córrego Seco.

20	Domingos da Rocha [Ferreira]	Córrego Seco
21	João Monteiro de Queiroz	Córrego Seco
22	Sebastião Leite	Córrego Seco
23	Manoel Francisco	Córrego Seco
24	Domingos Martins	Córrego Seco
25	Antônio Gonçalves Chaves	Córrego Seco
26	João [Gonçalves] [Correa] Thais	Córrego Seco
27	Antônio de Moura	Córrego Seco
28	Domingos Francisco	Córrego Seco
29	Leandro Moreira	Córrego Seco
30	Bartholomeu [Alves]	Córrego Seco
31	João Francisco Pimenta	Córrego Seco
32	João Gracia Rodrigues	Córrego Seco
33	João dos Reis	Córrego Seco
34	João Lopes da [Costa]	Córrego Seco
35	Heronimo Antunes [Vasques]	Córrego Seco
36	Luiz Coelho dos Santos (sócio de Francisco Rodrigues Graça)	Córrego Seco
37	Josephe Antunes	Córrego Seco
38	Capitão Manoel de Souza (sócio com Custódio da Silva)	Córrego Seco
39	Francisco Peixoto Pinto	Córrego Seco
40	Francisco de Souza Leal	Córrego Seco
41	Manoel Gonçalves Braga	Córrego Seco
42	Ricardo Lopes	Córrego Seco
43	Francisco Teixeira do Seichas	Córrego Seco
44	Antônio Leite	Córrego Seco
45	[Sebastião] Francisco [Maruas]	Córrego Seco
46	Antônio da Silva	Córrego Seco
47	Josephe Machado Pinto	Córrego Seco
48	João Gomes Ribeiro	Córrego Seco
49	Manoel Duarte da Silva	Córrego Seco
50	Domingos Coelho da Silva	Córrego Seco
51	Domingos João de Carvalho	Córrego Seco
52	Domingos de Souza Raposo	Córrego Seco
53	Antônio Rodrigues	Córrego Seco
54	Gaspar de Rodrigues Ribeiro	Córrego Seco
55	Jorge Pinto dos Santo	Córrego Seco
56	Francisco Pinto	Córrego Seco
57	Mathias Francisco	Córrego Seco
58	Josephe de Moraes	Córrego Seco
59	Alexandre Nunes [Carneiro]	Córrego Seco
60	Félix da Silva Costa	Córrego Seco
61	Francisco [] [Costa]	Córrego Seco
62	André Pereira de Carvalho	Córrego Seco

Quadro 1. Proprietários tributados no Quinto – 1719.

Fonte: APM, Coleção Casa dos Contos: Lançamentos do Quinto (1718 a 1723), microfilme 4/ fotograma 509 (folhas 1 a 128) e microfilme 5 / fotograma 001(folhas 129/216).

No entanto, é preciso lembrar que a sonegação de informações é um problema potencial quando manuseamos essas fontes com finalidades fiscais, podendo gerar um subregistro da população escrava e dos proprietários (Botelho: 2000). A comparação entre os dados

do Quinto de **1719** e a lista de moradores dos morros (Ouro Podre, Ouro Fino e Córrego Seco) que compareceram à Câmara em **1721** parece expor a fragilidade desse tipo de fonte.²¹ Entre os **62 moradores** identificados no Quinto e os **58 listados** na ata da Câmara apenas três se repetem: Francisco Martins; Antônio da Silva e João Antônio Porto. Quer dizer, ou os 55 moradores citados na ata (subtraindo os 3 que repetem nos dois documentos) se instalaram na Serra de Ouro Preto nesse intervalo de dois anos ou, por algum motivo, o fisco deixou de coletar informações sobre esses proprietários.

Apesar desse problema, a aproximação entre os números apresentados no Quinto e na ata (**62 e 58**) nos permite projetar a seguinte situação: se mantivermos o mesmo número de propriedade e escravos listados no Quinto de 1719 (429 cativos) para os 55 moradores identificados nas atas da Câmara (subtraindo os 3 que repetem) chegaríamos a aproximadamente **117 propriedades (62 + 55) e 858 escravos (429 + 429)** trabalhando nos morros da Serra de Ouro Preto entre 1719 e 1721. Comparando esse resultado com o estudo que o historiador Tarcísio Rodrigues Botelho (2000) realizou sobre a população escrava da sede de Vila Rica de **1721** concluiríamos: 1) os 117 proprietários de datas minerais nos morros corresponderiam a **19,5%** dos 599 proprietários de escravos identificados na sede por Botelho; 2) dos 3.028 escravos identificados pelo historiador, os 858 que projetamos para os três morros da serra corresponderiam a **28,3%**.²² Assim, cerca de **1/5 dos proprietários e 1/3 dos cativos** atuariam na Serra de Ouro Preto nessa época, o que nos parece números expressivos. A hipótese de sonegação de dados no Quinto de 1719 nos parece ratificada por um outro

²¹ Em 14/08/1721 compareceram no Senado da Câmara os seguintes moradores: Antônio da Costa Gouvea, Thomaz da Costa Soares, João Francisco de Carvalhaes, João Gomes Ribeiro, Antônio Dias Bicalho, Antônio Joseph Passos, [Cristhiam] Miz Rodrigues, Jozeph de Oliveira, Manoel de Macedo, João Ferreira Gomes, André Preyra de Carvalho, Bendo de Macedo, Francisco de Souza Lial, Ernesto Lamberto, João Simões Prata, Domingos João de Carvalho, Manoel de Souza Lima, Sebastião Leite, André Gonçalves, Liandro Mora, D. Antônio Tavares, Gonçalo Lopez, Francisco Mello, Manoel Gaspar, Antônio Rybeiro, Serafim Gonçalves, Francisco Rodrigues Gondim, Jozeph Alves de Campos, Francisco José da Silva, Lourenço de Almeida Costa, Ignácio Alves Dinis, Joaquim dos Reis Castro, Jozeph da Silva Oliveira, Caetano da Sylva, Thome de Souza Pereira, M. Gonçalvesl Miz, Diogo de Souza de Azevedo, Antônio da Silva, Manoel Lourenço, Domingos Vieira, Joaquim de Menezes, Domingos Rodrigues Chaves, Manuel Duarte, Manoel Ms. Meneses Pinheiro, Miguel Martinho, Balthezar de S. Pais Couto, João Gracia, Domingos de Souza Oliveira, Lourenço Pereira Neves, João Antônio Porto, Jozeph Pereira, João Teixeira e Silva, Antônio Gomes, Antônio Miz de Carvalhais, Manoel Martins Machado e Antônio Gonçalves Bessa (RAPM, ano XXV, 2º volume, julho de 1937, p.140-141) .

²² Lembramos que a meta do imposto era levantar e tributar todos os escravos que trabalhavam nos diferentes ramos em Vila Rica, não apenas na mineração. O que torna expressivo os 19,5% de proprietários e os 28,3% de cativos projetados nesses cálculos. Sem dúvida, é necessário pesquisar outros exemplos de tributos de Quintos e de Captação para verificarmos se as cifras ratificam ou retificam os números encontrados.

dado: encontramos registros de escravos pertencentes a Pascoal da Silva Guimarães apenas no local denominado como “Morro”: Pascoal foi lançado como sócio de Josephe da Silva [Velho] e ambos tinham **31 escravos**. Esse número de cativos certamente não condiz com a figura de potentado criada em torno do minerador.

Como indicamos no texto *Morro da Queimada: ocupação, dimensão e vestígios*, na segunda década do século XVIII evidencia-se a tendência de divisão da serra em localidades diferentes, como os morros do Ouro Podre, Ouro Fino e Córrego Seco, que apresentavam diferentes níveis de concentração.²³ É interessante notar que a maior ocupação do Córrego Seco, identificada no Quinto de 1719, sintoniza-se com a fase de construção das capelas de Santana e Piedade, atribuídas a 1720. Portanto, parece claro, a partir desses dados, que já nos primeiros anos do povoamento em Ouro Preto a imagem dos morros da Serra de Ouro Preto migrou de **espaço de refúgio** para **espaço de expectativa de enriquecimento**, trazendo em seu bojo o estreitamento dos interesses e o acirramento dos conflitos entre os diferentes grupos sociais, como os potentados, os representantes do Senado da Câmara, o Governo da Capitania e os comerciantes: ingredientes que alimentaram embates, como o motim de 1720.

1.3. Morros da Serra de Ouro Preto: poder, tensão e desordem.

A partir de 1711, o recém-formado Senado da Câmara e a estrutura incipiente do governo da capitania tiveram como principais desafios o rápido crescimento da população na sede de Vila Rica e os diferentes interesses que guiavam as ações de particulares e dos grupos sociais. A desobediência de algumas normas instituídas pela Câmara, a força de potentados, como Pascoal da Silva Guimarães, e as contendas criadas entre os mineradores exemplificam as quedas de braço vivenciadas na região dos morros de Vila Rica durante a primeira metade do século XVIII.

Nas atas produzidas pelo Senado da Câmara entre 1716 e 1721 percebe-se o perímetro dos problemas sociais e as respostas que os camaristas deliberaram a fim de enquadrar o espaço social e gerenciar o cotidiano da vila: tentativas de fiscalização das atividades profissionais, como dos boticários, carpinteiros e ferreiros; de padronização dos pesos e medidas utilizados no comércio; de acompanhamento da qualidade dos produtos que

²³ Esse texto encontra disponível no site do Projeto de Implantação do Parque Arqueológico Morro da Queimada.

abasteciam a população, como os grãos e as carnes; de gerenciamento da cobrança dos tributos; de policiamento dos arruamentos; entre outros (Borrego: 1999; Tavares: 2005, 199f; Vasconcelos: 1977; Meniconi:1999). Nesse texto destacaremos, em especial, as notícias referentes aos problemas verificados na região dos morros da Serra de Ouro Preto.²⁴

A situação diferenciada dos terrenos minerais, como a isenção dos foros nos morros da Serra de Ouro Preto, principal zona de mineração de Vila Rica, não significava a ausência de normatização e fiscalização. A vida urbana e os conflitos vivenciados nesses espaços eram mediados pelo Senado da Câmara e pela Superintendência das Minas.²⁵ Conforme o caso, a Ouvidoria e o Governo da Capitania (ou da Província) também participavam da deliberação sobre os assuntos relacionados a essa área, como ocorreu no motim de 1720. Segundo as atas da Câmara produzidas entre 1716 e 1721, os maiores conflitos nessa zona eram: 1) a instalação de vendas sem licença; 2) o comércio ambulante de negros e negras de tabuleiros nas lavras; 3) o acolhimento de escravos fugitivos pelos moradores; 4) a comercialização de comida, bebida e prostitutas para os escravos nas vendas, onde gastavam os rendimentos dos jornais devidos aos seus proprietários.

As queixas dos habitantes, sobretudo da Freguesia de Antônio Dias, sobre esses problemas levou a Câmara à análise e deliberação de editais sobre esse caso. Em 29/01/1716, por exemplo, “Mandarão sepassasse Idital paraque noOuro podre senão levantaçe mais rancho nem reedificaçem os que estão feitos sem licença deste Sennado.” 10 meses depois, em 21/11/1716, o procurador da Câmara apresentou nessa sessão “infinitas queixas” dos moradores da Vila contra o comerciante Antônio Leão e seus sócios, que desejavam instalar vendas no morro

“(…) e que asim porestes serem perjudiciais aeste povo por ser serto venderem nos ditos ranchos couzas comestiveiz aos escravos de que se segue descaminho aos jurnaes que devem dar aseus senhores fugindo outro sim depois de osgastarem (...). Oque sedeferio que de nenhuma sorte se consentiçe fazer Ranchos nem reedificallos no morro, ouro

²⁴ Esse é um dos temas clássicos da historiografia mineira: o rápido afluxo de brasileiros, reinóis e estrangeiros para a região central de Minas Gerais constituiu um cenário novo para a Coroa na América Portuguesa. A Coroa teve que se adaptar e administrar impondo ou tecendo acordos com os diferentes grupos sociais da nova capitania: a Guerra dos Emboadas é um dos exemplos mais claros dessa situação. Sobre a dinâmica do poder dos Senados das Câmaras no sudeste da América Portuguesa conferir Russell-Wood (1977), Hespanha (1984) e Meneses (2003:173-182).

²⁵ A partir de 1735 transformada em Intendência do Ouro; após 1750, Intendências Gerais do Ouro; e depois de 1803, Junta Administrativa de Mineração e Moedagem.

podre ou outra qualquer parte aonde haja Lavras e que p^a sefazerem seja com licença do Sennado como he estilo observado nesta V^a a qual Licença sedará só e aquelas pessoas que com seus negros quizerem assistir obrigandoçe porem anão ter notal Rancho venda com penna de que fazendo em tais partes osditos Ranchos (...) será prezo e da cadeia não sahirá sem primeiro pagar húma Libra de Ouro e tudo o que de venda lhe for achado será para os prezos e que outro sim senão passe Licença p^a as vendaz ainda antigas do Ouro Podre e morro. E que o dito Antonio Leam seja notificado e asine termo de despejar esta V^a no termo dedois mezes pelas queichas que delle tem fiato este povo e inquietação comque se tem havido com seus vezinhos havendo not^a sertã que por outra tal veyo retirado no Rio das mortes (Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXV, 2^o volume, julho de 1937, p.1-166).

No início do ano seguinte, em 28/01/1717, o problema persistia:

Mandarão por Iditaiz no ouro podre, morro ecorre(go) seco do Padre Faria para que nenhuma pessoa podeçe ter vendas nos tais destritos nem se passassem licenças p^o ellas pello grande damno e perjuizo que se segue a todos estes povos asim por nas ditas vendas se lhe deterem os seus negros que minerão como poque nella destroem os jornais deque se segue fogirem por o se acharem as ditas vendas sobre asLavras e em que os ditos negros trabalham. Com penna de que achando se algum vendendo nas partes nomeadas serem prezos e da Cadea pagarem uma l^a de ouro e que disto se passasse editais logo que o porteiro apergoaria nos mesmos destritos (Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXV, 2^o volume, julho de 1937, p.1-166).

Em 17/03/1718, novamente os camaristas determinavam:

Acoradarão q. Logo, Logo sem demora se desse a execução hú Idital, q. em Janr^o proximo paçado mandarão publicar, paraque as vendas que se achavão no ouro fino, corgo seco, ouro podre, rio das pedras, e ouro bueno, que se levantassem e se viessem acituar nestavilla a pena nelle incluzivel, que se acha [registrado] a fls. do L^o do Reg.to desta Camara. (...) Acordarão mandar que o Porteiro fosce publicar no aRayal de ouro fino, e corgo seco, hu pregão porescrito, paraq. dentro de 15 dias, Largassem os ranchos, em que vivem, e venhão cituarce nas partes queselhes consignarão pello Edital de 21 de janeiro proximo passado q. He do pe do morro para a Cazada Cam^a e da Cruz das almas, vindo deonde para Ant^o Diaz (Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXV, 2^o volume, julho de 1937, p.1-166).

Como a idéia de retirar as vendas dos morros não surtiu efeito, mesmo com as penalidades previstas, em 07/09/1718 novos editais foram publicados retornando com a estratégia de obrigar os proprietários a retirarem as licenças de funcionamento na Câmara: “Acoradarão asignar editaes p^a **ouro fino, ouro Bueno eouro podre** p^a q venhão tirar Licença para venderem com Logea, ou venda aberta.” A estratégia de retirada das vendas foi tentada novamente em 23/01/1719:

Acordarão mandar fixar edital no ouro fino e Corego seco para que mudassem as Vendas dentro de 15 dias apenna de 200 8^a de ouro, eisto por respeito dos muitos requerimentos dos moradores desta V^a pello perjuizo q. dão ditas vendas e seseguia a elles d.tos [moradores] ehirce despovoando as fazendas afim desehirem cituando emditas partes (Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXV, 2^o volume, julho de 1937, p.1-166).

Em 04/03/1719 a advertência da Câmara foi contra os moradores que acolhiam escravos de outros em suas residências e vendas:

Acordarãomandar publicar hum edital aq' os moradores do morro do ouro podre das Ave Marias para diante, não tenham nem consintão negros de outros vezinhos, ou de outras Coaisquer pessoas em suas Cazas, ou vendas, edo ditto tempo para diante as terão fixadas, apenas de vinte outavas deouro, pagas da Cadea (Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXV, 2º volume, julho de 1937, p.1-166).

Os editais proibindo as vendas e o comércio ambulante de negros e negras nos morros de Vila Rica repetiram-se em 31/05/1719, 15/07/1719, 12/01/1720 e 17/01/1720, como o abaixo descrito:

Acordarão mandar passar editais, pª que nenhuma negra ou negro ande comtableyro, oucouza comestivel avender pellas Lavras do morro compennas de 20 8ª atodo oque no dito Edital tiver incorrido, pagar da Cadeya, ametade, para quem oacuzar eaoutras pª obras do [Conselho] eque toda apessoa que levantar Ranchos, cazas, cenзалas, nas parajes prohibidas será condenada em 50 8ª pagas da Cadeya, erancho demolido (Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXV, 2º volume, julho de 1937, p.1-166).

A recompensa pela delação, apesar de não resolver o problema, parece ter surtido algum efeito já que em 03/02/1720 os camaristas enviaram uma ordem ao “carsereyro desta Villa, João Ferreira Dinis” para que não recebesse “prezo pello delicto de vendas comtableyro porofficial digo por Capitão do Mato, só por officiais dejustiça.” No entanto, as vendas e os ambulantes nos morros tornaram-se um problema menor quando em junho e julho de 1720 estourou uma sedição em Vila Rica que terminou com a deportação dos principais líderes, incluindo Pascoal da Silva Guimarães, e a morte de Felipe dos Santos (Discurso Histórico:1994,193p.; Fonseca:2007,p.549-566; Anastasia:1998; Vasconcelos: 1974, p.172-209). Aliás, conforme o *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas minas houve no ano de 1720*, eram estreitas as relações entre os donos das vendas nos morros e os líderes do motim, sobretudo Pascoal da Silva Guimarães:

(...) que todos estes anos atrás houve um grande debate entre o povo e a Câmara de Vila Rica sobre se consentir a Pascoal da Silva que no morro, em que morava (eminente serra, que domina a dita Vila) só ele, ou os que punha de sua mão, tivessem lojas e vendas, em dano de toda a Vila e seus comerciantes, que várias vezes representaram ao Conde (de Assumar) esta sem-razão (Discurso Histórico: 1994, p.73).

Prossegue o relato do *Discurso Histórico*:

Queixavam-se também os moradores do bairro de Antonio Dias e do Padre Faria que aquelas vendas eram refúgio certo dos seus negros fugidos, os quais, tendo nelas quanto lhes era necessário, não desciam abaixo muitos meses, e ocultando-se dos senhores, a quem não davam jornal, era pouco todo o ouro que adquiriam para fielmente deixar nas ditas vendas, que pela maior parte lhes serviam também de lupanares, comércio abominável, trato vil e ganho ilícito dos brancos, que nelas punham, ou para melhor dizer expunham, negras gentis para mais pronta saída, fácil consumo dos seus efeitos, e segura atração dos negros, que até as suas obscenidades ali achavam asseadas camas (1994:p.73).”

Ainda, conforme o *Discurso Histórico*, a ineficiência dos oficiais da Câmara na fiscalização das vendas no Morro do Ouro Podre era fruto da impotência ante aos grupos armados dos potentados locais, como o de Pascoal, também liderado pelo seu filho, João da Silva:

Serviam juntamente estas casas, ou povoação de Pascoal Silva, como de cidadela ou baluarte contra os assaltos da justiça, que lá não podia entrar; e algum oficial, que mais atrevido ou ambicioso pretendeu romper esta dificuldade, lhe foi pouco todo o lucro e interesse da diligência, que não conseguiu para os gastos da cura, porque o filho de Pascoal da Silva, castigando com os seus escravos a diligência nas alheias, ou nas que eram da proteção de seu pai, conciliava a temerosa atenção, que não deixava chegar as execuções, que temia, nem aos portais da sua casa, a qual tinha feita couro de ladrões, maus pagadores, e assassinos, com notável prejuízo do povo, que sem remédio clamava e muitas vezes quis ir, com mão armada, destruir aquelas vendas, e sempre se lhe embarçou e impediu (1994:p.73).

O diagrama do poder do motim de 1720 desenhava uma disputa de forças que envolvia diferentes campos de interesses, como o desejo do Conde de Assumar em fortalecer a imagem política e a estrutura do governo na capitania e a oposição dos líderes do movimento quanto à instalação das Casas de Fundição nas Minas Gerais, o que ampliaria a eficiência e o poder do fisco; à pressão para a expulsão dos frades das zonas de mineração; as atitudes do ouvidor de Vila Rica, Martinho Vieira; à formação dos Dragões da Cavalaria, que acarretaria na perda das patentes militares dos potentados (Fonseca:2007,p.549-566).²⁶ Como produzirmos um texto específico sobre o motim de 1720, nesse momento nos concentraremos nas informações que evidenciam os morros como áreas de tensão e desordem nesse período.²⁷

Já destacamos os problemas relacionados ao funcionamento das vendas, ao comércio ambulante de negros e negras de tabuleiros, ao acolhimento de escravos nas moradiras dos habitantes e à rede de interesses que ligava os moradores, principalmente os

²⁶ Entre os principais líderes estava Pascoal da Silva Guimarães, Dr. Manoel Mosqueira da Rosa, Sargento-Mor Sebastião da Veiga Cabral, Frei Vicente Botelho, Frade Bento e Frei Francisco de Monte Alverne Outros participantes são citados em diferentes textos, como o Frei Pedro de MonteSião (Código Matoso: 1994, p.208), João Ferreira Diniz (Pitta: 1976. p.275), Felipe dos Santos, José Carlos, Teodósio da Silva e Capitão Traquilha (Discurso Histórico: 1994, p.143-144) e Tomé Afonso (Feu de Carvalho apud. Discurso Histórico: 1994, p.144). O Discurso Histórico, além de indicar os nomes de outros participantes do motim, acrescenta um outro e importante ingrediente: o grupo que liderou a rebelião encontrava-se endividado: “Agora é de saber pois, para melhor inteligência deste caso, que assim Pascoal da Silva como Sebastião da Veiga Cabral, Sebastião Carlos, Pedro da Rocha Gandavo, e trinta ou quarenta pessoas de menos nota, que entraram neste negócio, estavam de todo refundidos e arruinados.”

²⁷ Conferir *Sedição de 1720: o diagrama do poder e suas tensões*, disponível no site do Projeto de Implantação do Parque Arqueológico Morro da Queimada; FONSECA, Alexandre Torres. A Revolta de Felipe dos Santos. In: As Minas Setecentistas. Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (org.). Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, v.1, 2007. p.549-566; Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro, 1994. 193p; VASCONCELOS, Diogo de. História antiga das Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1974.

comerciantes, aos potentados locais, como Pascoal da Silva Guimarães. Se a partir dos morros da Serra de Ouro Preto, sobretudo do Morro do Ouro Podre, os grupos envolvidos no motim de 1720 articulavam-se com outras localidades, como a Vila de Sabará, ou desciam rumo às partes baixas da sede de Vila Rica fazendo barulho e arrombando moradias, não é certo generalizar a participação de todos os moradores dos morros nesse evento. O texto do *Discurso Histórico* destaca o esforço em vão dos guardas em poupar as casas dos não amotinados, enquanto executavam a ordem do Conde de Assumar de demolir e incendiar as residências no Morro do Ouro Podre:

(...) o fogo que livremente ao longe se comunicava em faíscas, achando pronta matéria nas palhas que muitas se cobriam, dilatava o incêndio, que causara maior dano se o capitão com os dragões e ordenanças não se se empenhara, com muito trabalho, mais em preservar as casas livres que em destruir as culpadas, convocando, a vozes e gritos, os moradores, que defendesse cada qual a sua: (...) (Discurso Histórico: 1994, p.136).

Após a desarticulação do movimento, que teve como desfecho final a morte e o esquartejamento de Felipe dos Santos,²⁸ o Conde Assumar enviou uma carta ao Senado da Câmara de Vila Rica solicitando um estudo sobre a conviniência de se ter ou não moradores nos morros do Ouro Podre, Ouro Fino e Córrego Seco:

Acordaram abrir uma carta do Exmo. Sr. Conde General que consta de advertir não ser conveniente moradores no morro e Ouro Fino pela desatenção e crime em que incorreram na dita sublevação (...) (Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXV, 2º volume, julho de 1937, p.135).

Essa percepção drástica, a limitação dos morros da Serra de Ouro Preto em espaços de trabalho e não mais em áreas de moradia e comércio, não encontrou ecos suficientes entre os representantes da Câmara e os 58 moradores dos Morros de Ouro Podre, Ouro Fino e Córrego Seco convidados para refletir sobre a situação.²⁹ No entanto, na ata de 14/08/1721, os participantes dessa reunião concordaram em assinar o Bando expedido pelo Conde de Assumar, que decretava:

(...) tão somente ficarem as pessoas q' minerão no(s) dito(s) morro(s) e mais paragens prohibindosce o poderem ter vendas publicas ou occultas nem terem pretas ou escravos de Taboleiros pelas Lavras proprias ou alheias, apenna de perdimento de fazenda e quatro annos de degredo para Benguella aquelles que contravierem ao seu Edital e Bando nem ficarem officiais de officios mecanicos em a dita paragem e as ditas pessoas q' ordena o dito general fiquem minerando-lhes he emcarregado denunciem de qualquer pessoa ou pessoas de qualquer calidade q seja se virem que tem venda ou mandão por escrava ou escravo vender generos de comestivel bebidas ou fazendas secas, apenna de ficarem incursos nas ditas pennas ordenando a esta Camara ponha toda aprecaução e cuidado com o disvello e vigilancia aque seobserve o dito mandodo seu Edital q tem o

²⁸ Felipe dos Santos, segundo Alexandre Torres Fonseca (2007.p.549-566), era um tropeiro que transformou-se num eficiente agitador dentro dos grupos de mascarados que desciam dos morros para espalhar pânico nas freguesias de Antônio Dias e Pilar.

²⁹ Apresentamos os nomes desses 58 moradores na página 14.

disignio da melhor conservação e aumento aesta Villa e socego de todos (...) (Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXV, 2º volume, julho de 1937, p.1-166).

A solicitação de Assumar e a análise dos camaristas evidenciam dois aspectos sobre a região dos morros de Vila Rica nessa época: a sua importância econômica, enquanto principal zona de produção aurífera na sede; e as dificuldades de enquadrar esse espaço dentro de um conjunto de regras. Essa fragilidade do Senado da Câmara quanto ao cumprimento de suas posturas não era exclusiva dos morros de Vila Rica, alguns estudos apontam tal fragilidade também para as áreas baixas, como em Antônio Dias e Pilar (Meniconi:1999, p.37; Tavares: 2005, p.85-86), bem como para outras vilas mineiras (Meneses:2003, p.165-222). Segundo Rodrigo Meniconi: “Pelo menos no trecho compreendido entre as matrizes, marcados pelas pontes de Antônio Dias e Rosário, a vila se ajusta; fora desses limites, os controles são menos rígidos e a observância das normas é relaxada.” Controle que esbarrava em algumas dificuldades: conflitos particulares ou grupais, como no caso das vendas nos morros; quantidade de funcionários encarregados para tais tarefas; e especificidades do mercado na “sociedade da escassez”, como é definido o nível de produção e consumo no Antigo Regime (Meneses:2003, p.165-222).³⁰ Taciana Botega Tavares, por exemplo, ao estudar as normas de regulamentação das construções e as práticas dos almotacés e arruadores na Vila Rica Setecentista, afirma que

(...) acompanhar de perto as construções se tornava uma tarefa difícil para a Câmara, a começar pela regulamentação dos ofícios de pedreiros e carpinteiros. Por não estarem estabelecidos em um local fixo, a fiscalização era quase impossível, e muitos desses artífices não tinha sequer licença expedida pela Câmara para exercerem a profissão. A maioria das construções era planejada pelo próprios pedreiros e por quem os contratasse, e, na maioria das vezes, as casas eram construídas sem seguir nenhuma das normas (...).

José Newton Meneses acrescenta que nem mesmo em Portugal o exame obrigatório para a liberação da atividade mecânica, baseado no modelo de Lisboa, encaixou-se “de forma perfeita” em outras regiões (2003, p.168).

A fragilidade do Senado da Câmara em fazer valer as suas normas nos morros ou nas partes baixas de Vila Rica evidencia os pontos de tensão e de negociação que envolviam as relações entre essa instituição e a sociedade local - o que tornava o jogo mais

³⁰ “Diante da pouca receptividade da população, o Senado da Câmara, para fiscalizar os moradores e suas construções, mantinha funcionários como os almotacés, capazes de embargar obras e prescrever o tipo de

complexo (Meneses:2003,p.173-182). A desarticulação do motim de 1720, por exemplo, não significou o fim da queda de braço entre os camaristas e as práticas de comércio nos morros de Vila Rica. Em 06/11/1720 os moradores do Ouro Bueno, Ouro Fino e Morro expuseram para o Senado da Câmara as dificuldades que encontravam para comprar carne, já que os seus escravos, devido ao fechamento das vendas, tinham que se dirigir a outras partes da sede, afetando no rendimento diário dos trabalhos de mineração. 1 mês depois, em 14/12/1720, o Governador da capitania despachou:

(...) concedão hum so corte de carne no morro emparagem que comodamente possa servir para todos; eselhe torna a recomendar muy particular que outro officio em genero algum de vendas, asim de comestivel como de outro qualquer genero não consitão no dito morro, ficando apra todos estes em seu vigor o Edital q' sobre este particular se publicou (Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXV, 2º volume, julho de 1937, p.1-166) .

No início do ano seguinte, em 25/01/1721, o Senado também jogou pesado contra os proprietários que haviam comercializado nos morros, solicitando aos oficiais da Câmara tirarem “hua lista daz vendaz que havia outinha havido noouro podre e bueno no anno de setesentos e dezanove emandarão se remetessem aoz cobradorez dos destritos ditos p^a Examinar se ha algunz desse tempo para cobrarem delles os Quintos.” No entanto, a queda de braço entre os dois lados permaneceu ativa nas décadas seguintes. Em 27/04/1722, Dom Lourenço de Almeida, governador empossado no ano anterior, publicou um novo bando “para que não houvesse vendas de coisa alguma no morro do Ouro [Preto], pelo prejuízo que causava na desinquietação dos pretos com as pretas (Código Matoso: 1999, p.368).” Uma década depois, em 29/03/1732, o novo governador, André de Melo e Castro, o Conde de Galveias, publicou novamente um bando “em que proibia as vendas do Morro, pelas desordens que delas se seguiam (Código Matoso: 1999, p.368).” Em 1736, segundo Flávio Marcus da Silva (2003, p.100), o governador Gomes Freire de Andrade proibia, mais uma vez,

(...) o estabelecimento de vendas e a presença de negras de tabuleiro nos morros de Vila Rica, sendo que os desobedientes brancos seriam condenados a quarenta oitavas de ouro e a vinte dias de cadeia; e os negros, mulatos ou carijós, a oito dias de prisão, às mesmas quarenta oitavas, e a cinquenta açoites em praça pública.³¹

pena; e os arruadores, destinados a arruar e medir foros, largos, becos, ruas e construções a serem licenciadas pela Câmara (Tavares: 2005, p.85-86).”

³¹ Flávio Marcus da Silva indica que, diferente dos comerciantes e atravessadores, os lavradores de feijão, milho, arroz e farinha eram autorizados (e até estimulados) a comercializar os seus produtos nos morros e nas partes baixas da Sede, “como costumavam fazer”. Segundo esse autor: “Além dos mantimentos mais comuns, como farinha de milho e de mandioca, arroz, feijão, milho e azeite de mamona, um outro gênero que podia ser comercializado nos morros de mineração era o pão de trigo. Nesses lugares, as autoridades proibiam somente venda de alimentos que pudessem ser consumidos no local pelos negros mineradores. O pão de trigo, no entanto, não era considerado um gênero de consumo dos escravos e por isso a sua comercialização nos morros e outras áreas de mineração não era proibida (Silva: 2003, p.100).

Enquanto os ambulantes e os comerciantes de vendas ilegais insistiam em atuar nos morros de Vila Rica, a Câmara realizava prisões, a fim de coibir essas práticas. Foi o que ocorreu em 1732 com Pedro de Freitas Guimarães, preso

sob a acusação de ter venda oculta no morro de Vila Rica, onde estaria comercializando gêneros proibidos. Na busca dada em sua casa foi encontrado um barril e meio de aguardente de cana, um frasco da mesma bebida embrulhado em um lenço pardo e uma carga de bacalhau, ‘com vários indícios de com efeito ser venda’ (Silva: 2003, p.111).

Em 1733 foram detidos Maria, escrava de Alexandre Correia, morador no Padre Faria, presa por vender broas de milho, e Francisco da Silva Ferreira, por vender aguardente, ambos para os escravos mineradores (Silva: 2003, p.110).

Outros conflitos nos morros de Vila Rica eram mais específicos ao cotidiano dos mineradores e às suas práticas de extração do ouro nos serviços de talho aberto, buraco e mina. A resolução dessas querelas ficava a cargo da Superintendência das Minas.³² O texto *Modo e estilo que se tem observado e parece se deve observar no uso de minerar nos morros e distrito de Vila Rica do Ouro Preto*, escrito ou recolhido em meados do século XVIII pelo Ouvidor Caetano da Costa Matoso, sintetiza os tipos de contendas comuns nessa área (Código Matoso: 1999, p.766-768). Aparentemente, a maioria dos conflitos era formada pelos serviços nos subsolos, já que na superfície ficava mais fácil visualizar a invasão de um trabalho sobre o outro, de uma propriedade sobre outra. O texto acima citado enumerou 6 problemas envolvendo os serviços de minas:

- 1. Os serviços de dois proprietários encontravam-se quando seguiam os braços (ou contraminas) do veio de ouro que atravessavam as suas datas.** A solução para esse caso previa que o serviço adiantado devia “seguir o seu rumo em que vai ou para onde lhe parecer ter melhor conta” e o que estava atrasado se mandava “desviar para outra parte que não faça prejuízo ao que está adiantado”. Caso o atrasado optasse por passar por baixo do curso do adiantado, ele ficaria obrigado a custear todo o tipo de segurança, utilizando “fortaleza de madeira” e arcando com todo o prejuízo que causar o outro. Caso o atrasado desista dos serviços, após ter avançado por baixo, fica obrigado a “entupir com terras a tal passagem e dar parte ao de cima para este melhor entulhar, e desta forma fica cessando a dita obrigação (Código Matoso: 1999, p.766-768).”

2. **Quando ocorria o mesmo problema acima citado, mas não era possível definir quem estava adiantado.** Nestes termos mandava os dois dividirem “para o lado contrário, deixando um e outro terra entremeio que bem baste para a conservação de um e de outro serviço, com pretexto de não consentirem faiscadores nem serviço algum para a parte de entre ambos, ainda que tenha formação com ouro (Código Matoso: 1999, p.766-768).”
3. **Um serviço de mina avançava por baixo de uma ou mais catas a céu aberto.** “Nestes termos não podem os das catas impedir o serviço das minas nem também as minas impedir a continuação das catas: que chegando o desmontar das catas às minas fiquem as minas na tal parte sem vigor e as catas continuando o seu rumo (Código Matoso: 1999, p.766-768).”
4. **Um serviço de mina avançava por cima de um outro trabalho e para esse desviava um veio d’água.** Esse rocedimento era legal desde que não causasse prejuízo ao proprietário da galeria inferior. Caso existisse a possibilidade de grandes danos, o lançamento dessas águas era proibido. Caso um serviço inferior furasse os fundos de um serviço superior e entrasse água em seus trabalhos, este a devia receber, ainda que lhe causasse algum dano (Código Matoso: 1999, p.766-768). .”
5. **Um serviço de mina encontrava um veio d’água em um de seus braços (contraminas)** e, ainda que sacrificasse esse braço, eles o fechavam; ocorrendo, às vezes, que a mina de de um outro proprietário atravessasse esse braço, o que acarretava sérios danos. A contenda era resolvida ordenando que o canal d’água foi encaminhado pelo roteiro do primeiro possuidor (Código Matoso: 1999, p.766-768). .
6. **O aprofundamento da mina comprometimenta ou desabava residências, tanques de água, mundéus ou caminhos públicos.** Como não era possível impedir a extração do ouro, o proprietário do serviço da mina ficava obrigado a “pagar e ressacir todo o dano” que causasse (Código Matoso: 1999, p.766-768).

Existiam ainda os conflitos gerados pelos desvios clandestinos dos córregos. Apenas o proprietário de um título de águas minerais podia desviar um curso d’água através de regos até os seus tanques, como os mundéus. Caso um proprietário necessitasse passar um desvio d’água autorizado por uma data mineral vizinha, tal passagem deveria ser

³² Denominada, a partir de 1735, como Intendência do Ouro; após 1750, Intendências Gerais do Ouro; e depois de 1803, Junta Administrativa de Mineração e Moedagem (Paula: 2007, p.289).

feita via aérea, através de “bicas levantadas do chão”, a fim de que um rego não contaminasse o outro (Códice Matoso: 1999, p.766-768).

Portanto, percebe-se nessas fontes a condição *sui generis* do povoamento nos morros da Serra de Ouro Preto, já que a ocupação do espaço estendeu-se tanto na superfície quanto na parte subterrânea do solo, e não raro uma afetou a outra.³³ À medida que as datas minerais foram concedidas, constituindo terrenos, becos e ruas, ampliou-se a construção de vendas e o comércio ambulante de lavradores e escravos de ganho. Durante a primeira metade do século XVIII, enquanto o Senado da Câmara ainda se adaptava às demandas criadas pelo tipo de povoamento na sede de Vila Rica, a região da Serra de Ouro Preto transformou-se numa zona de difícil fiscalização, quer seja pela sua dimensão, íngreme relevo, interesses de diferentes grupos de proprietários ou número de fiscais. Sem dúvida, uma região que reunia um **cenário apto a tensões e jogos de poderes**. Como parte integrante dessa vida urbana é possível que, ao longo do tempo, alguns oficiais mecânicos, como alfaiates, sapateiros, ferreiros, pedreiros e carpinteiros, tenham se instalado nessa área, pois, até o momento, não encontramos nenhum edital ou bando que proibisse tais atividades nessa zona de mineração.³⁴

No entanto, na virada para a segunda metade dos setecentos, a produção do ouro, tomando como referência os rendimentos dos tributos, começou a dar sinais de queda em Minas Gerais, diminuindo sensivelmente a partir das décadas de 1760 e 1770 (Paula: 2007, p.280-301).

1.4. Morros da Serra de Ouro Preto: sinais de crise na mineração.

A transição entre o auge e o declínio da produção nos morros da Serra de Ouro Preto é um setor lacunar nesse estudo. Uma busca sistemática nos livros das atas da Câmara ou de registros de ofícios e portarias certamente nos aproximaria do cotidiano dessa zona de mineração nessa época. Poderia, por exemplo, identificar se na segunda metade do século XVIII permaneceram os problemas típicos do período anterior, como a proibição

³³ Em 1731, algumas lavras, como as conhecidas como Novas (ou Tassaras), situadas entre os morros de Santana e Piedade, já atingiam 200m de profundidade (Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Memória e planta sobre as lavras auríferas das “Tassaras e arredores”, Clodomiro de Oliveira & Marciano Ribeiro, 1903, 40p.)

de instalação das vendas, do comércio ambulante de negros e negras e do abrigo de escravos nas propriedades. Ou mesmo verificar se o processo de consolidação e estratificação do povoamento tendeu a arrefecer esses conflitos. Diante dessa ausência, tentaremos focalizar alguns efeitos provocados pela crise da mineração nos morros da Serra de Ouro Preto, a partir de informações sobre a situação das lavras e a produção do ouro na capitania de Minas Gerais.

João Antônio de Paula, apesar de ressaltar as controvérsias sobre as estimativas e as fontes relacionadas à produção do ouro mineiro no século XVIII, indica duas importantes referências: os estudos de Virgílio Noya Pinto, de 1979, e de Michel Morineu, de 1985.³⁵ Virgílio divide essa produção em três fases:

(...) a primeira de 1700-1735, marcada pela descoberta, consolidação e crescimento da produção até a introdução sistemática da capitação; a segunda etapa, que é de auge da produção, marcada pela vigência da capitação, mas que também é o momento do incremento da produção de Goiás e Mato Grosso, que vai de 1735 até 1755, já no período pombalino, com o quinto restabelecido; finalmente a terceira etapa, iniciada em 1755, será marcada por queda irreversível da produção (...) (Paula: 2007, p.295).

Apesar de divergir quanto ao momento de pico da produção, as informações de Michel Morineau também convergem quanto ao início da fase de declínio: “O período de auge, segundo os dados de Morineau, seria de 25 anos, ou seja, de 1726 a 1750. Para os dados de Noya Pinto, o auge seria de 20 anos, entre 1735 e 1755 (Paula: 2007, p.297). A Revista Industrial de Minas Gerais, de 1897, ao refletir sobre a legislação da mineração do ouro, também aponta a década de 1760 como o momento chave para a percepção da queda de produção nos setecentos:

A verdade, entretanto, é que de 1765 a 70 as minas começaram a decair, até que se levantaram os clamores, as queixas, os vexames, e as dívidas à Fazenda Real; subiram petições e súplicas como as que vimos registradas no último número da Revista do Arquivo Público Mineiro; tramaram-se mesmo conspirações; e até que, em resultado de tudo isso, aqui veio este **mundo de ruínas, veio o deserto e assentou-se a morte nos mais ricos e possantes centros de população** (grifo nosso).³⁶

A crise da mineração do ouro em Minas Gerais, como vem sendo abordado pela historiografia contemporânea, não deve ser observada através de uma ótica

³⁴ Como veremos no decorrer do texto, esses oficiais aparecem como moradores dessa região no censo da Sede de Ouro Preto de 1804.

³⁵ Enquanto Virgílio constrói sua metodologia de cálculo “levando em conta a produção média de ouro por escravo, o número de escravos empregadas e as rendas dos ‘quintos’”, compensando “pela articulação de fontes e critérios, a ausência de séries completas e confiáveis”, Michel Morineau baseia-se “nos dados divulgados por jonais holandeses” (Paula: 2007, p.293-299).

³⁶ Revista Industrial de Minas Gerais. A Lei sobre Mineração. Ouro Preto, ano IV, 30 de março de 1897, p.38-40.

generalizante ou cíclica, já que atingiu diferentemente as localidades da capitania. A partir das últimas décadas dos setecentos, momento em que a diminuição dos rendimentos com os Quintos tornou a crise evidente, três cenários se misturavam na região mineradora: 1) datas que apresentavam o esgotamento dos veios ou a impossibilidade de continuação dos serviços; 2) datas onde permaneciam pequenos e médios serviços de extração e fiação; 3) datas que demonstravam potencial e necessitavam de técnicas de mineração mais sofisticadas.

Nos morros da Serra de Ouro Preto, a situação das lavras nessa época pode ser captada a partir do texto de José Joaquim da Rocha, escrito no final do século XVIII:

Esta Serra de Ouro Preto é povoada de mineiros com diferentes nomes as suas povoações, como são: o Morro do Pau Doce, Morro dos Ramos, Morro do Ouro Podre, Morro do Ouro Fino, Morro da Queimada e Morro de Santana. Todos estes sítios adquiriram estes epítetos pelos serviços de mineração que neles se fizeram em diligências da extração de ouro. O Morro dos Ramos abismou as suas faisqueiras e ainda hoje tem copioso ouro, **mas com dificuldade a sua extração, assim como em todas as mais terras que os mineiros, por falta de forças, as não podem lavar, por causa da profundidade e durezas** que com muito custo se podem penetrar, para fazerem as necessárias cortaduras e chegarem às últimas formações, onde se encontra o precioso metal, que **sem água não se pode tirar; e a falta desta, nas serras de Vila Rica, Paracatu, Pompeu, Piranga, Rio das Mortes, Minas Novas e outras muito mais, causa grave prejuízo aos mineiros que nela têm serviços, o que não aconteceria se aqueles se unissem e procurassem modos de conduzir águas que lhes pudessem ser úteis; porém, como somente se valem das chuvas padecem todos infinitas faltas** (grifo nosso) (Rocha: 1995, p.104).

O mineralogista José Vieira Couto, nessa mesma época, escreveu um trabalho onde indicava a necessidade da Coroa Portuguesa investir no ensino da metalurgia mecânica, a fim de melhorar o conhecimento sobre a mineralogia e os métodos de abertura e serviços nas minas; da metalurgia pirotécnica, que ensina “como se extrai pelo fogo os metais das suas pedras”; da mecânica docimástica, que ensina sobre a qualidade do ouro e a calcular o quanto de “metal puro pode haver em um quintal dado de mina”; de investir no levantamento de fundições de ferro, devido ao potencial mineral local; de abolir os dias santos, que redensenharia o calendário anual; de se opor às formas de derrubadas das matas nos arredores do povoado; e, por fim, o melhoramento e estabelecimento das rotas terrestres e fluviais para o escoamento das mercadorias (Couto: 1994, 140p.).

Dois problemas parecem evidentes nesse texto: a idéia de que o ouro encontrava-se em maiores profundidades necessitando, portanto, de investimentos maiores em novas técnicas de extração e plantéis de escravos; e a dependência das chuvas para a

concentração das águas nos tanques e uso no tratamento do minério.³⁷ Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, o velho, na virada para o século XIX, além de concordar com as observações de José Joaquim da Rocha, destacava a necessidade do Estado rever a sua atuação nesse segmento:

Não é tão fácil remediar o pasmo em que os serviços minerais estão, uma vez que provém da dificuldade deles, o que, a meu ver, é causa principal da diminuição do quinto. Deve-se talvez, começar pelo lealdamento dos gêneros que o mineiro há mister, como fiz ver nas observações com que fixei as memórias que correm manuscritas dos reais direitos que os soberanos têm percebido da capitania. A dificuldade procede menos da falta do ouro do que da irregularidade dos antigos serviços nas alturas dos montes, aonde a mineração era mais cômoda: o que foi parte para que as riquezas das terras inferiores (internas) ainda intactas ficassem submergidas de modo a se não poderem, sem grande custo, extrair. Nem se duvide que a desabafar estes lugares dos desmontes sejam fracas e insuficientes as forças dos particulares, se é que o Estado não vier em seu socorro com isenções, ao menos, e privilégios (Vasconcelos: 1994, p.121).

A reunião das observações desses três contemporâneos, envolvendo problemas relacionados à potencialidade da mineração subterrânea, o tipo de tecnologia utilizada, os efeitos das ações dos mineradores no espaço e o papel do Estado português enquanto agente fomentador de uma nova realidade para a capitania desenha as dificuldades encontradas pelos proprietários das minas para tentar reverter o quadro crítico presente a partir das últimas décadas dos setecentos. As questões apontadas por essas três testemunhas oculares irão se repetir ao longo do século XIX nas vozes de diferentes pesquisadores, como o alemão Wilhelm Eschwege e os professores e estudantes da Escola de Minas, que veremos em seguida. Além da queda na produção do ouro, outros aspectos sinalizam os resultados dessa crise na rede econômica da sede de Vila Rica, como o aumento do número de habitantes alforriados e livres. Segundo o estudo de Iraci Del Nero Costa, essa tendência é nítida nos registros de batismos, casamentos e óbitos da Freguesia de Antônio Dias: a partir das últimas décadas dos setecentos, o número de realização desses rituais apresentam crescimentos semelhantes em meio à população livre ou alforriada, resultado, sem dúvida, da ampliação do número de cartas de libertação e do nascimento de crianças não escravas.³⁸

³⁷ No início do século XX, o estudo sobre as Lavras de Tassaras e Arredores, realizado pelos engenheiros Clodorimo de Oliveira e Marciano Ribeiro, identificou os seguintes córregos entre os Morros da Piedade, Santana, São João e Taquaral: Córrego Saragosa (antigo Thalweg); Córrego da Água Limpa (ou Tassaras); Córrego da Pedra Grande; e Córrego do Taquaral.

³⁸ Os registros dos rituais realizados nas capelas da Piedade, Santana e São João, situadas próximas ao Morro do Ouro Podre e Morro da Queimada, eram feitos nos livros da Paróquia de Antônio Dias, e encontram-se no Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Nesse arquivo, Iraci Del Nero Costa pesquisou, por exemplo, 13.183 registros de batismos de inocentes realizados entre 1719 e 1818.

O século XVIII, que iniciou trazendo expectativas de enriquecimento, terminou, sem dúvida, contaminado pelas incertezas, restando à vida urbana nos morros se rearticular a essa nova realidade.

Considerações finais.

Nesse estudo ressaltamos algumas informações sobre a vida urbana no Morro da Queimada a partir de diferentes informações sobre a ocupação da Serra de Ouro Preto no século XVIII. Identificamos que a apropriação de novas técnicas de mineração, a sede de enriquecimento e a disputa pelo poder modificaram o espectro das motivações que impulsionaram o povoamento nessa região: inicialmente elas estavam ligadas às finalidades de refúgio e de referência geográfica para a abertura de caminhos entre as localidades próximas; posteriormente os interesses passaram a ser polarizados pelos resultados dos serviços de extração do ouro, gerando uma rápida formação urbana imbricada por datas minerais, casas, vendas, becos, ruas e templos religiosos. A influência exercida pelo comerciante, minerador e mestre de campo Pascoal da Silva Guimarães, até 1720, é o caso mais significativo dessa mudança no perfil do povoamento experimentado na Serra de Ouro Preto.

Evidenciamos ainda, a partir de diferentes fontes, alguns limites encontrados pelo Senado da Câmara para enquadrar as demandas e os conflitos provocados pelo crescimento da população e do número dos morros na Serra de Ouro Preto, como demonstram os eventos da Sedição de 1720 e os editais publicados na primeira metade dos setecentos: o governo da capitania, como vimos, cogitou a possibilidade de limitar esses morros às atividades de mineração, proibindo o comércio e a moradia. Outras tensões, coletadas pelo ouvidor Caetano da Costa Matoso em meados dessa mesma centúria, nos informaram sobre a interferência entre os trabalhos realizados na superfície e no subsolo, levando à criação de uma legislação específica para a resolução desses casos. A partir da década de 1760, a realidade da crise da mineração na região central de Minas (devido ao esgotamento das lavras, inviabilização dos serviços ou dificuldades técnicas para aprofundar a exploração das jazidas) iniciou o processo de abandono dos serviços mineratórios e, por consequência, o arrefecimento da vida urbana no Morro da Queimada e na serra. No censo realizado na sede de Vila Rica em 1804, por exemplo, foram identificados 113 habitantes e 22 propriedades no Morro da Queimada: dessas apenas duas pertenciam a pequenos mineradores. Entre os 252 proprietários que viviam nos morros da Serra de Ouro Preto foram detectados somente 18 pequenos mineradores e 59 faiscadores, o que demonstra a queda dos investimentos

nessa área e o perfil de baixa renda da maior parte de sua população (Mathias: 1969, p.190-208).

Finalizando, vimos que no século XVIII o Morro da Queimada localizava-se na principal zona de mienração da sede de Vila Rica (fator que impulsionou a sua rápida ocupação); transformou-se em um dos principais palcos da Sedição de 1720 (evento que ainda o destaca em meio à construção das narrativas sobre a memória local); e o seu povoamento percorreu um roteiro comum a diferentes áreas estabelecidas na região central de Minas Gerais, transitando da fase de euforia e expectativa de enriquecimento em relação à extração do ouro à tendência de empobrecimento e esfriamento da vida urbana. As ruínas remanescentes nesse espaço, resquícios das estruturas produzidas nos séculos XVIII e XIX (cavas, galerias, represas, segmentos de canais, mundéus e as residências de pequeno e grande porte), evidenciam a importância do poder público e da sociedade civil tecerem ações e políticas comuns que visem uma reinterpretação desse espaço no imaginário local, através do planejamento de atividades educacionais, bem como a preservação e conservação dos seus vestígios.

Referências bibliográficas

1. Fontes primárias.

1.1. Fonte Iconográfica.

1.1.1. Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

APMOP Relação de Plantas, nº001: plantas das lavras do Tassara e Arredores, 07/06/1913, Engenheiros Francisco A. Lopes e Alcindo da Silva Vieira Gil Guatimosin.

APMOP Relação de Plantas, nº002: cópia da planta das lavras do Tassara e adjacentes na antiga Vila Rica de 1900, medição e cópia do original realizada por Joaquim José Guimarães Pinto, em 1912.

APMOP Relação de Plantas, nº003: planta de água, esgoto e luz – Ouro Preto, 26/06/1903, Engenheiro Clodomiro de Oliveira.

APMOP Relação de Plantas, nº006: planta-esboço de uma parte da cidade de Ouro Preto, 20/05/1913, Agrimensor Joaquim José Guimarães Pinto.

APMOP Relação de Plantas, nº007: plantas das lavras “Tassaras” e arredores, 27/08/1903, Engenheiro Clodomiro de Oliveira e Francisco Mariano Ribeiro.

APMOP Relação de Plantas, nº010, pasta 06, caixa 09, estante 26, sala 1, folhas 07, 08 e 09: levantamento aerofotogramétrico e Projeto Áreas de Preservação na cidade de Ouro Preto, 1982.

APMOP Relação de Plantas, nº013: planta da sesmaria e cidade de Ouro Preto, 1898, autor(es) não identificado(s).

1.1.2. IFAC / UFOP - Acervo fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória.

1.1.2.1. Acervo 002 - Miscelânea. Ouro Preto, s/d, Fundo Diversos.

1.1.2.2. Acervo 003 - FONTANA, Luiz. Ouro Preto, [décadas de 1920 e 1950], Fundo José Góes.

1.1.2.3. Acervo 004 - MENEZES, Ivo Porto de. Ouro Preto, s/d, Fundo Ivo Porto de Menezes.

1.1.2.4. Acervo 005 - LIBENEAU, Guilherme. Ouro Preto, [1881], Fundo Biblioteca Nacional.

1.1.3. Acervo fotográfico particular de Juliano Ferreira.

1.2. Fonte manuscrita.

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Edital sobre terrenos foreiros. Códice 0965. Livro de Registros e Portarias 1892-1893.

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Processo de aforamento do General Joaquim da Costa Mattos, Série Avulsos, DA, 1897.

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Memoria e planta sobre as lavras auríferas das “Tassaras e arredores”, Clodomiro de Oliveira & Francisco Mariano Ribeiro, 1903, 40p.

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Livro de lançamentos dos Impostos Territorial e Predial (1942-1965).

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Livro de lançamentos de Impostos Territorial e Predial (1943-1965).

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Boletim de Cadastro Imobiliário da sede de Ouro Preto. 1982.

Arquivo Público Mineiro, Coleção Casa dos Contos: Lançamentos do Quinto (1718 a 1723), microfilme 4 / fotograma 509 (folhas 1 a 128) e microfilme 5 / fotograma 001 (folhas 129/216).

APM Coleção Casa dos Contos. Datas de terras e águas minerais, Guardamoria e cartório de ofício, Comarcas de Vila Rica e Sabará, 1719-1735, rolo 2015, fotogramas 308/583.

BLAKSLEY, J. F. Relatório do planalto do cruzeiro de Ouro Preto. Ouro Preto: s.n., 1893. (Manuscrito. Mimeo.)

1.3. Fonte impressa.

1.3.1. Revista do Arquivo Público Mineiro.

Atas da Câmara Municipal de Vila Rica (1711-1721). Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXV, v.2, 1937, p.1-166.

Termo de ereção de Vila Rica. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano II, jan./março, 1897, p.84.

Bando fixando os limites entre as Comarcas de Vila Rica, Sabará, Rio das Mortes e Serro Frio pela parte do Rio Doce. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.VII, 1902, p.411-413.

Cartas de Sesmaria (1710-1713). Revista do Arquivo Público Mineiro, v.III, 1898, p.23-85.

Cartas de Sesmaria. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.IV, 1899, p.155-214.

Cartas régias sobre o procedimento que se há de ter com os povos que se sublevaram e outros assuntos. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.VI, 1901, p.213-217.

CARVALHO, Feu de. Reminiscências de Vila Rica. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XIX.

COELHO, J. J. Teixeira. Instrução para o governo na Capitania de Minas Gerais (1780). Revista do Arquivo Público Mineiro, ano VIII, 1903.

Correspondência do Conde de Assumar depois da Revolta de 1720. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.VI, 1901, p.203-211.

Fontes Históricas do Imposto de Capitação. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XIII.

LEME, Antônio Pires da Silva Pontes. Memórias sobre a extração de ouro na Capitania de Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano I, 1896.

LIMA, Augusto de. Um município do ouro – memória histórica. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.VI, 1901.

LINHARES, Joaquim Nabuco. Mudança da capital. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano X, 1905.

Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano II, p.511.

PONTES, Manuel José Pires da Silva. Manual do Guarda-Mor. Revista do Arquivo Público Mineiro, ANO VII, 1902.

Regimento Mineral de 1702. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano I, nº12.

PINTO, Luís Maria da Silva. Relação das Cidades, Vilas e Povoações da Província de Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano II, 1897.

PINTO, Moreira. Ouro Preto. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XI, 1906.

PIRES, Antônio Olinto dos Santos. A Mineração, riquezas minerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano VIII, 1903.

População da Província de Minas Gerais. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano IV, p.294.

Registros de diversas cartas-patentes concedidas por D. Braz Baltasar da Silveira. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.III, 1898.

SANTOS, Afonso dos. Natureza jurídica dos quintos. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXVI, 1938.

Sobre o levantamento de Vila Rica (1720) e o alvará confirmando o perdão (1721). Revista do Arquivo Público Mineiro, v.V, 1900.

VASCONCELLOS, Diogo de. Linhas gerais da administração colonial – seu exercício – Capitães-Mores, Donatários, Governadores, Capitães-Generais, Vice-Rei, Capitães-Mores de Vilas e Cidades. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. XIX, 1921.

1.3.2. Outros periódicos.

ROCHA, Domingos Fleury. A indústria mineral e a Escola de Minas. Annaes da Escola de Minas, nº26, 1935, p.113.

GORCEIX, Henri. Estudos geológicos e mineralógicos sobre algumas localidades da província de Minas Gerais, Revista Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, volume III, 1878, p.9-10.

JÚNIOR, Leandro Dupré. Estudo geológico e mineralógico da região E. De Ouro Preto, compreendida entre aquella cidade, a povoação do Taquaral e o rio do Carmo. Revista Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, volume III, 1878, p.11-16.

Revista Industrial de Minas Gerais. A Lei sobre Mineração. Ouro Preto, ano IV, 30 de março de 1897, p.38-40.

Ruínas do Morro da Queimada: Ouro Preto pode perder seu patrimônio mais antigo. *Jornal Porta-Voz*, Ouro Preto, julho de 2000, p.4.

Moradores do Morro da Queimada podem ir para a rua. *Jornal Comunidade*, Ouro Preto, de 29 de maio a 25 de julho de 2001, p.10.

Parque das Andorinhas e Ruínas do Morro da Queimada será tema de audiência, amanhã. *Jornal O Inconfidente*, Ouro Preto, fevereiro de 2005.

1.4. Fonte jurídica.

Ação Cautelar inominada antecedente de ação civil pública para tutela do patrimônio histórico nacional com pedido de liminar inaudita altera pars. Nuno Santos Coelho, Procurador Jurídico da FEOP. 24/08/2000.

1.3.3. Relatos, memórias e estatística.

Álbum dos Municípios do Estado de Minas Gerais, Ouro Preto, 2º volume, 1941.

Anuário Estatístico, anno I, 1921, v.2, Serviço de Estatística Geral, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925, p.776-779.

ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). Pelas minas de ouro. In: *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967. p.255-304.

BANDEIRA, Manuel. Guia de Ouro Preto. *Revista do SPHAN*, nº2, 1938.

BUNBURY, Charles James F. Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais: 1833-1835. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

BURMEISTER, Hermann. Mariana, o Itacolomi, Ouro Preto. In: *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auríferos-diamantíferos*. Trad. Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1980. p.212-235.

BURTON, Richard. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. Trad. David Jardim Júnior. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1976.

CASTELNAU, Francis. Expedição às regiões centrais da América do Sul. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1949.

Código Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Coordenação de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, 2v. (Coleção Mineiriana).

COELHO, José João Teixeira. Instrução para o governo na Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

COUTO, José Vieira. Memória sobre a Capitania de Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

COURCY, Visconde Ernest de. Seis semanas nas minas de ouro do Brasil. Trad. Júlio C. Guimarães. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

Diário da Jornada que fez o Sr. D. Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo e desta até às Minas, ano 1717. Revista do SPHAN, nº3.

D'ORBIGNY, Alcide. Minas Gerais. In: Viagem pitoresca através do Brasil. Trad. David Jardim. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976. p.143-165.

Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro, 1994. 193p.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Jurandyr Pires Ferreira (org.). Rio de Janeiro: I.B.G.E., 1959. p.225-238.

LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Trad. Milton da S. Rodrigues e Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

MAWE, John. Viagens ao interior do Brasil. Trad. Selena Benevides Viana. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

OLIVEIRA, Ronald Polito de e LIMA, José Arnaldo Coêlho de Aguiar (orgs.). Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p.359 e 367.

POHL, Johann Emanuel. Viagem no interior do Brasil. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

RUGENDAS, Johann M. O Brasil de Rugendas. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

SCHÜCH, Roch. Memória sobre algumas experiências e empenhos mineralógicos e metalúrgicos. Rio de Janeiro: Imprensa da Tipografia de Laemmert, 1840. 53p.

SPIX, Johann & MARTIUS, Friedrich. Viagem pelo Brasil – 1817-1820. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, v.1, 1976.

SUZANNET, Conde de. (L. de Chavagnes). O Brasil em 1845. Trad. Márcia de Moura Castro. Rio de Janeiro: Ed. Casa do Estudante do Brasil. 1957.

TAUNAY, Afonso de E (org.). Relatos sertanistas. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

1.3.3. Cartografia.

COSTA, Antônio Eduardo; RENNERT, Friedrich Ewalde; FURTADO, Júnia Ferreira; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. Atlas em Portifólio, 31 mapas em 29 folhas, escala não determinada.

1.5. Fontes secundárias.

AIRES-BARROS, Luís. As rochas dos monumentos portugueses: tipologias e patologias. Lisboa: IPPAR, v.2, 2001.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Vassallos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1998.

_____. Entre Cila e Caribde: as desventuras tributárias dos vassallos de Sua Majestade. In: Revista Varia História, Belo Horizonte, n.º1, 1985.

ANDRADE, Francisco Eduardo. A conversão do sertão: capelas e governamentalidade nas Minas Gerais. Revista Vária História, Belo Horizonte, v.23, nº37, p.151-166, 2007.

ÁVILA, Affonso. Resíduos seiscentistas em Minas. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. Episódios da Guerra dos Emboabas e sua geografia. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1984. p.61-86.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995.

_____. Dos caminhos pré-históricos às rodovias asfaltadas. In: História de Minas Gerais. 1979. p.469-495.

BARRETO, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia. Revista do SPHAN, nº11, 1947.

BARROSO, Gustavo. Mobiliário luso-brasileiro. In: Anais do Museu Histórico Nacional, v. I, nº5, 1940.

_____. Classificação geral de móveis antigos. In: Anais do Museu Histórico Nacional, v. IV, 1943.

_____. O mobiliário no Brasil. Revista de Arquitetura, ano IV, nº12, 1951.

BEDIAGA, Begonha (org.) Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891. Petrópolis: Museu Imperial / IPHAN, 1999. 161p.

BENJAMIN, Walter. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Trad. Flávio René Kothe. 1985.

_____. Pequena história da fotografia. Flávio R. Kothe (org.). Editora Ática, s/d. p.218-240.

BOLTSHAUSER, João. Noções de evolução urbana nas Américas. Belo Horizonte: UFMG, 1959.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Dissertação. 1999. Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1748). São Paulo: Annablume, Fapesp, 1999.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720. In: 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos da População – ABEP, GT População e História, realizado em Caxambu (MG), outubro de 2000. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist1_5.pdf. Acesso em 15/11/2007.

BOXER, Charles R. A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Tradução de Nair de Lacerda. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRANNER, John Casper. Resumo da Geologia do Brasil. Geological Society of América, v.30, nº2, junho de 1919. p.85-95.

_____. Bibliography of the geology, mineralogy and paleontology of Brazil. In: Bulletin of the Geological Society of America, 1909, 20v., p.1-132.

BLUTEAU, D. Raphael de. Vocabulário Português e Latino. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BOSCHI, Caio C. Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

BURKE, Peter. História cultural: passado, presente e futuro: In: O mundo como teatro: estudos da antropologia histórica. Lisboa: Difel. 1992. p.15-25.

_____. Hibridismo cultural. Trad. Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2003. 116p.

CMOP (Câmara Municipal de Ouro Preto). Ex-moradores das Ruínas do Morro da Queimada recebem indenização. Disponível em: <http://www.cmop.mg.gov.br>. Acesso em 03/01/2009.

CARRARA, Ângelo A. Ocupação do solo e paisagens rurais. In: Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais - 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007. p.149-215.

_____. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. Revista Vária História, Belo Horizonte, v.23, nº38, p.575-596, 2007.

CALÓGERAS, João Pandiá. As Minas do Brasil e sua legislação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

CARVALHO, Feu de. Pontes e chafarizes de Ouro Preto. Belo Horizonte: Edições Históricas, s/d.

CASAL, Manuel Aires de. Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil [pelo] Pe. Manuel Aires de Casal. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1976. p.163-182.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Comerciantes das Minas Setecentistas: a diversidade de atuação no mercado colonial. Belo Horizonte: Caderno de Filosofia e Ciências Humanas, n.º10, abril/1998, p. 135-143.

_____. Perfeitos negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas. 1995. Dissertação – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.

CHOAY, Françoise. O Urbanismo: utopias e realidades - uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1992.

- _____. O Reino do urbano e a morte da cidade. In: Revista Projeto História, espaço e cultura. São Paulo: PUC. 1999.
- COSTA, Antônio Gilberto (org.). Os caminhos do ouro e a Estrada Real. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa Editorial. 2005.
- _____. Cartografia da conquista do território das Minas. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2004, 245p.
- COSTA, Cláudio Manoel da. Vila Rica. Ouro Preto: Tipografia do Estado de Minas Gerais, 1897.
- COSTA, Iraci Del Nero. Vila Rica: População (1719-1826). 1977. 253p. Tese - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo. 1977.
- COSTA, Joaquim Ribeiro da. Primeiros municípios. In: Toponímia de Minas Gerais com Estudo Histórico da Divisão Territorial Administrativa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. p.15-29.
- COSTA, Lúcio. Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro. Revista do SPHAN, nº4.
- COSTA E SILVA, Alberto da. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.
- COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Um Episódio da História Pátria (1720)*. In: Revista do Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Ethnográfico do Brasil, Tomo XXV, Rio de Janeiro, 1862, p.515-564.
- CROSSI, Ramon Fernandes. A religiosidade nas minas setecentistas. Belo Horizonte: Varia História, n.º 24, janeiro/2001, p. 90-106.
- D'ASSUMPÇÃO, Silvia Romanelli. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas minas. Revista do Departamento de História. Belo Horizonte, nº9, 1989.
- DELSON, Roberta Marx. Novas Vilas para o Brasil-colônia: Planejamento Espacial e Social no século XVIII. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1997.
- DENIS, Ferdinand. Brasil. Trad. João Etienne Filho e Malta Lima. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- DIAS, Hércia. O mobiliário dos Inconfidentes. Revista do SPHAN, nº3.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Pluto Brasiliensis. Trad. Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, v.1 e 2. 1979.
- FABRIS, Annateresa. Fragmentos urbanos: representações culturais. São Paulo: Studio Nobel, 2000.212p.
- FALCON, Francisco J. C. A cidade colonial: algumas questões a propósito de sua importância político-administrativa (XVII/XVIII). In: Anais do I Colóquio de Estudos Histórico Brasil/Portugal, PUC MG, agosto de 1993.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERRAND, Paul. Explorações antigas. In: O ouro em Minas Gerais. Trad. Júlio Castanõn Guimarães. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p.91-131.

FIGUEIREDO, Luciano R. de A. Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 1997. (Coleção Estudos Históricos).

_____. Narrativas das rebeliões: linguagem política e idéias radicais na América Portuguesa moderna. In: Revista USP/Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. – n.º57 (mar./mai. 2003). São Paulo: USP / CCS, 2003, p. 6-27.

FONSECA, Alexandre Torres. A Revolta de Felipe dos Santos. In: As Minas Setecentistas. Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (org.). Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, v.1, 2007. p.549-566.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Funções, hierarquias e privilégios urbanos. A concessão de títulos de vila e cidade na capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Varia História, n.º 29, Janeiro, 2003, p. 39-51.

_____. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: Termo de Mariana. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1998.p.27-65.

FONSECA, M. A. & SOBREIRA, F. G. *O escorregamento do barro da Piedade, Ouro Preto, Minas Gerais: Processos de instabilidade em antigas áreas de mineração*. In: 2nd Pan-American Symposium on Landslides, 1997, Rio de Janeiro. Anais... Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica., pp 139-144. 1997.

_____. Antigas Minas de Ouro Preto: Impactos Físicos e Sócio-Culturais Relatório Parcial de Pesquisa UFOP/FAPEMIG, Departamento de Geologia. 1999.

_____. Ação Antrópica e processos em Encostas em Ouro Preto, Brasil; Simpósio Nacional de Controle de Erosão; 2001.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Desenvolvimento da civilização material do Brasil. Revista do SPHAN, nº11, 1945.

FREIRE, Gilberto. Casas de residência no Brasil. Revista do SPHAN, nº7.

FREITAS, Marcos Vinícius. Hartt: expedições pelo Brasil Imperial. Editora Metallivros. 2001, 244p.

FREITAS JÚNIOR, Paulo de Melo. Projeto de criação da Área Municipal de Proteção Ambiental da Cachoeira das Andorinhas e Morro da Queimada. Ouro Preto. 1993.39p.

FURTADO, Júnia Ferreira. Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MARTINS, Alexandre Alvarez de Souza, DAMASCENO, Sueli et alli. Referências: Ouro Preto em Luiz Fontana. Ouro Preto: Editora UFOP. 1996, 48p.

MENEZES, Furtado de. A Ouro Preto. In: Bi-Centenário de Ouro Preto (1711-1911): Memória História. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911, p.207-214.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. História e narração em W. Benjamin. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999. 114p.

GARCIA, Juliane Martins. Traços hispânicos no processo de latinidade da arquitetura colonial em Minas Gerais. Arquitetura: caderno de produção discente do Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, v.4, dez.2004, p.18-29.

GOMES, Francisco de Assis Magalhães. História da siderurgia Brasileira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia ; São Paulo: EDUSP. 1983.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Algumas perspectivas da historiografia sobre Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: Termo de Mariana: história e documentação. Ouro Preto: Editora da UFOP. 1998. p.13-26.

_____ As técnicas de mineração nas Minas Gerais do século XVIII. In: As Minas Setecentistas. Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (org.). Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, v.2, 2007. p.187-204.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto: notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII. Revista Vária História, Belo Horizonte, nº31, p.120-140, 2004.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Os Cabeças e as cabeças: quilombos, liderança e degola nas minas setecentistas. Belo Horizonte: Varia História, n.º 26, janeiro / 2002, p. 109-131.

_____ et alli. Levantamento Visual do Patrimônio Arqueológico do Morro da Queimada (mimeo). Belo Horizonte: UFMG. 2004, 67p.

HAROUEL, Jean-Louis. História do urbanismo. Campinas: Papirus, 1990.

HESPANHA, António Manuel. Poder e instituições na Europa do Antigo Regime. Coletânea de textos. Lisboa: F. C. Gulbenkian, 1984.

HIRASHIMA, Hayato. 2003. Monografia. Um dia em Cata Branca: subsídios da arqueologia histórica e do geoprocessamento para a elaboração de um modelo sócio-espacial. FAFICH, Belo Horizonte. 2003. 70p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A mineração: antecedentes luso-brasileiros. In: História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, t.1, v. 2, 1985. p.228-258.

_____. Metais e pedras preciosas. In: História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, t.1, v. 2, 1985. p.259-310.

KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. Jogos de interesses e redes clientelares na revolta mineira de Vila Rica (c.1709 - c.1736). 2005. Tese – PPGHIS / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. O perfil econômico da capitania de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, notas de pesquisa – 1711-1720. Disponível em: http://cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A050.pdf. Acesso em 20/02/2008.

LATIF, Miran Monteiro de Barros. As Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1991.

- LEINZ, Victor. A geologia e a paleontologia no Brasil. In: Azevedo, F. As ciências no Brasil. Melhoramentos. 1955, s.1, p.243-263.
- LEMOS, Carlos. Arquitetura Brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1979.
- _____. Cozinhas etc: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. São Paulo, 1978.
- LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. A capitania de Minas Gerais: origem e formação. 3ª ed. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Arte, 1965.
- _____. Vila Rica do Ouro Preto: síntese história e descritiva. Belo Horizonte: Gráfica Veloso, 1957.
- LOPES, Francisco. História da construção da Igreja do Carmo de Ouro Preto. Revista do SPHAN, nº8.
- LOTT, Mirian Moura. Casamento e relações de afetividade entre escravos: Vila Rica – séculos XVIII e XIX. In: Anais da V Jornada Setecentista, nov/2003, Curitiba.
- LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci Del Nero da. Ocupação, povoamento e dinâmica populacional. In: Minas colonial: economia & sociedade. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982. p.1-30.
- MACHADO, Alcântara. Vida e morte do bandeirante. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1980. 247p.
- MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, nº65, p.153-199, 1987.
- MANTOVANI, André L. Faça-se a luz: modernidades e demandas sociais na eletrificação da iluminação pública em Ouro Preto, 1880-1920. 2005.75p. Monografia - ICHS/UFOP. 2005.
- MARX, Murilo. Arraiais mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos. Revista Barroco, Belo Horizonte, nº15, 1990/1992.
- MARTINS, Marcos Lobato. Mineração, Agricultura e Degradação Ambiental em Minas Gerais nos Séculos XVIII e XIX. Revista do LPH, nº4, p.107-119, 1993/1994.
- MARTINS, Maria do Carmo S. Revisitando a Província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. In: 20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira – 1982-2002: coletânea de trabalhos, 1982-2000. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, 2002. p.51-89.
- MASSARA et alii. Evolução urbana de Ouro Preto nas primeiras décadas do século XVIII. Revista do Departamento de História, Belo Horizonte, nº9, 1989. p.141-148.
- MATHIAS, Herculano Gomes. Distrito de Antônio Dias. In: Um recenseamento da capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça / Arquivo Nacional, 1969. p.190-208.

MATOS, Maria Izilda S. dos. Cotidiano e cidade. In: Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho. São Paulo: EDUSC, 2002.p.13-43.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Comarca de Ouro Preto. In: Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837). São Paulo: EDUSP, v.1, 1981. p.89-100.

_____. Mapas de Luís Maria da Silva Pinto. In: Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837). São Paulo: EDUSP, v.1, 1981. p.56-64.

MEIRA, Sílvio. Couto de Magalhães e a integração nacional. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v.148, nº354, janeiro/março de 1987, p.1-18.

MENESES, J. N. C. Artes fabris e serviços banais. Ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime. Minas Gerais e Lisboa – 1750-1808. 2003. Tese de doutorado - ICHF/UFF, 2003.

MENEZES, Furtado. A religião em Ouro Preto. In: Bicentenário de Ouro Preto (1711-1911): Memória Histórica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911. p.208-214.

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto. 1999. Dissertação - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

MOL, Cláudia C. Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). 2001. Dissertação - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

MOURÃO, Isaura (coord.). Memória Viva. Ouro Preto: Alcan Alumínio do Brasil Ltda. 2000. 125p.

MOURÃO, Paulo Krüger C. As igrejas setecentistas de Minas. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda, 1964.

MUMFORD, Lewis. A Cidade na História. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NATAL, Caion Meneguello. Imagens de Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933. In: XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra e Paz, 2005, Londrina-PR. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra e Paz, 2005.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. O Parque Arqueológico do Morro da Queimada. Disponível em: http://www.ideiad.com.br/site_morro/pdf/portal.doc.pdf . Acesso em 03/01/2009.

_____. É urgente uma ação conjunta para reverter a deteriorização de Ouro Preto. Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br/debate/debate52.asp>. Acesso em 09/11/2007.

OLIVEIRA, Helenice Afonso. Índice dos Livros de Aforamentos da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (1930-1969). 2002.

OLIVEIRA, Myriam A Situação das artes plásticas em Minas no século XIX / Escultura e Pintura. In: *III Seminário sobre a cultura mineira – século XIX*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1982. p.148-160.

OLIVEIRA, Patrícia Porto de. Vila Rica: dados urbanos dos assentos de batismos de escravos adultos – séc. XVIII. In: II Seminário de História Quantitativa e Serial, Centro de Pesquisa Histórica da Pontifícia Católica de Minas Gerais, XXXX, Belo Horizonte. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd24/patri.pdf. Acesso em 15/01/2008.

OMEGNA, Nelson. A cidade colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

OZZORI, Manoel (org.). Cidade de Ouro Preto. In: Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e litterario do Município de Ouro Preto, anno 1. Ouro Preto: Typographia d'A Ordem, 1890. p.75-97.

PAIVA, Eduardo F. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – século XVI a XIX. PAIVA, Eduardo F. & ANASTASIA, Carla M. J. (org.). São Paulo: Annablume:PPGH/UFMG, 2002.

PAULA, Floriano Peixoto de. Vilas de Minas Gerais no período colonial. Revista Brasileira de Estudos Políticos, nºXIX, junho de 1965.

PAULA, João Antônio de. A mineração de ouro em Minas Gerais no século XVIII. In: História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2007, p.279-301.

PENA, Eduardo Spiller. Notas sobre a historiografia da arte do ferro nas Áfricas Central e Ocidental. In: Anais do XVII Encontro Regional de História – o lugar da História. Campinas, ANPUH/SP-UNICAMP, 2004, p.13-39.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História Cultural. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 132p.

PINTO COELHO, José Efigênio. Nossa Senhora do Pilar: um culto emboaba. Ouro Preto: Imprensa Universitária da UFOP. 1991, 104p.

_____. Um trabalho de restauração e pesquisa do Arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto: A mudança da capital – 1897-1987. Ouro Preto: Artes Gráficas Tiradentes Ltda. 1987.9p.

PITTA, Sebastião da Rocha. Livro décimo e último. In: História da América Portuguesa. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1976.p.267-293.

NEGROMONTE, Carlos Fabrício X. (coord.) Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1975, 69p.

Plano Diretor de Ouro Preto. Prefeitura Municipal de Ouro Preto. 1996.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos históricos – Memória. Rio de Janeiro: Vértice, v.2, n.3, 1989, pp.3-16.

PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In: Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro:Campus, 1997.p.259-274.

_____. Ritos da vida privada In: História da vida privada no Brasil I: cotidiano e vida privada na América portuguesa, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

RAMOS, Donald. A social history of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil, 1695-1726. 1972. Tese de Doutorado. Flórida: The University of Florida, 1972 (mimeo).

- RAMINELLI, Ronald. Simbolismos do espaço urbano colonial. In: VAINFAS (org.) América em tempo de conquista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro das Minas Gerais do século XVIII. Revista do Departamento de História, Belo Horizonte, nº8, jan/1989.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720). São Paulo: EDUSP, 1968.
- ROCHA, José Joaquim da. Vila Rica. In: Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. p.98-106.
- RODARTE, Mário Marcos Sampaio. O caso das minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. 1999. 179p. Dissertação - FACE/UFMG. 1999.
- RODRIGUES, J. Wash. Móveis antigos de Minas Gerais. Revista do SPHAN, nº2.
- ROMEIRO, Adriana. Conspiração política e cultura política. In: Um visionário na corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.p.169-208.
_____. & BOTELHO, Ângela Vianna. Dicionário Histórico das Minas Gerais: período colonial. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. Revista de História, n.º 109. São Paulo: FFLCH/USP, V.55, nº 109, 1977.
- SALLES, Fritz Teixeira de. Vila Rica do Pilar. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda; São Paulo: EDUSP, 1982.
- SANTOS, Benedicto José dos. A Geologia do Município de Ouro Preto. In: Bicentenário de Ouro Preto: 1711-1911. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911. p. 93-105.
- SANTOS, José de Almeida. Estilo brasileiro D. Maria ou colonial brasileiro. Revista do SPHAN, nº6.
- SANTOS, Márcio. Estradas Reais: Introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Editora Estrada Real. 2001. 180p.
_____. Novas perspectivas. Revista História Viva: Temas Brasileiros, São Paulo, Editora Duetto, nº4, 2006.
- SANTOS, Paulo Ferreira. Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.
- SANTOS, Paulo. A arquitetura religiosa de Ouro Preto. Rio de Janeiro. 1951.
- SCARANO, Julita. Cotidiano e solidariedade. Vida cotidiana da gente de cor nas Minas Gerais – século XVIII. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- SENNA, Nelson de. Origem da Cidade: instalação da Municipalidade. In: Bicentenário de Ouro Preto: 1711-1911. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911. p. 1-21.

- SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. v. II, org. Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.7-48.
- SILVA, Célia Nonata da. Homens valentes: delimitação dos ‘territórios de mando’ nas Minas setecentistas. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n.º24, 2001.
- SILVA, Fabiano G. da. Trabalho e escravidão nos canteiros de obras em Vila Rica no século XVIII. In: *Encontro Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português – séculos XVI-XVIII*. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2005. (mimeo).
- SILVA, Flávio Marcus da. Roceiros, comissários e atravessadores – o abastecimento alimentar em Vila Rica na primeira metade do século XVIII. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n.º29, p.98-114, 2003.
- SILVA, José Joaquim da. 1º Município (Ouro Preto). In: *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.
- SILVA, Vicente de Paula da. Entrevista realizada em 20 de junho de 2007, pela equipe do projeto de extensão “Ecomuseu da Serra de Ouro Preto”, da Universidade Federal de Ouro Preto. Agradecemos à Professora Yara Mattos, que coordena o Ecomuseu por ter cedido esse material.
- SILVEIRA, Marco Antonio. Guerra de usurpação, guerra de guerrilhas. Conquista e Soberania nas Minas Setecentistas. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n.º25, p.123-143, 2001.
- SILVEIRA, Vitor. Minas Gerais em 1925. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.
- SOBREIRA, F. G. *Riscos geológicos: definição de pontos críticos em Ouro Preto*. *Revista da Escola de Minas, Ouro Preto*, v. 44, n. 3 e 4, jul/dez, p. 213 -223, 1991.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- _____. *Norma e conflito: aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG. 1999.
- TAVARES, Taciana B. *A moradia em Vila Rica: 1750-1810*. 2005. 199f. Dissertação - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- TELLES, A. C. *A ocupação do território e a trama urbana. Barroco*, nº10, 1978/1979.
- TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. 1945.
- TURAZZI, Maria Inez. *Cultura fotográfica*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IMNC, n.27, 1998. p.7-15.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário de Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- VAUTHIER, L. L. *Casas de Residência no Brasil*. *Revista do SPHAN*, nº7.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1974.

VASCONCELOS, Salomão. Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto. Revista do SPHAN, nº5, p.241-257, 1941.

VASCONCELOS, Sylvio de. Vila Rica. Formação e desenvolvimento: residências. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

_____. Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos. Belo Horizonte: UFMG, 1979. 186p.

_____. Mineiridades: ensaio de caracterização. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968, p. 63.

VELLOSO, Augusto. Dados legislativos concernentes a Villa Rica. In: Bicentenário de Ouro Preto: 1711-1911. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911. p.119-131.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. In: *Varia História*. Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte: UFMG, nº 21, jul. 1999.

VILLALTA, Luís Carlos. O cenário urbano em Minas Gerais setecentista: outeiros do sagrado e do profano. In: Termo de Mariana: história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

VILLELA, Clarisse M. Critérios para seleção de rochas na restauração da cantaria. 2003. Dissertação - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, 2003.

WAGNER, Robert & BANDEIRA, Júlio. Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender. Vol. 3. Petrópolis: Kapa Editorial e Petrobrás. 2000. 350p.

WASH P. Mobiliário, vestuário, jóias e alfaias dos tempos coloniais. Revista do SPHAN, nº4.

XAVIER, Ângela Maria Leite. Entrevista realizada em Ouro Preto, em 09/01/2009.

ZAMELLA, Mafalda. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1990.